

DATAVENIA

datavenia.info



R\$ 50,00



ANTONIO ANASTASIA

SENADOR DA REPÚBLICA (PSD-MG)

“TEMOS PERDIDO CADA VEZ MAIS
O SENTIMENTO DE COLETIVIDADE”



O Grupo Samir atua desde 2004, sempre disposto a oferecer produtos e serviços com excelência e o melhor custo benefício para todas as empresas na área da saúde.

O Grupo foi fundado com a proposta inicial de terceirização de profissionais na área da radiologia. Buscando atender as necessidades dos nossos clientes, em 2012 a empresa passou a locar equipamentos de imagem, a princípio começou com os aparelhos de Raio X, CR e mamógrafos e logo expandiu-se para a locação de aparelhos para tomografia computadorizada, espirometria, eletrocardiograma, eletroencefalograma, holter, ultrassom, mapa e arco cirúrgico.

Sempre em busca de novos desafios e inovações, além dos serviços já prestados, o Grupo Samir criou uma Central de Laudos com serviços de telerradiologia, que permite o diagnóstico à distância através da transferência de imagens, proporcionando agilidade e segurança no fornecimento de laudos aos nossos clientes.

Locação de Equipamentos, suporte técnico, manutenção especializada, backup e agilidade na inclusão ou substituição de aparelhos e insumos.

Grupo Samir Serviços Radiológicos

Av. Interlagos, 2001, Jd. Umuarama, Sala 93

Cep 04661-100 - São Paulo/SP - **(11) 3213-7596**

gruposamir.com.br - contato@gruposamir.com.br



[gruposamir.br](https://www.facebook.com/gruposamir.br)



[gruposamir](https://www.instagram.com/gruposamir)



[gruposamir](https://www.linkedin.com/company/gruposamir)

A DATAVENIA é uma revista mensal do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados. Ela não publica matéria editorial paga e não é responsável por opiniões ou conceitos emitidos em entrevistas, artigos e colunas assinadas.

Publisher CEO: Renato Mello
Diretor de Arte: Jânio Silva
Revisão: Jorge Leite de Oliveira
Reportagens:
Laianny Martins
Kathia Marçal
Michelle da Costa Portela
Antônio Paulo

Articulistas:
André Callegari
Ariane Costa Guimarães
Daniel Stivelberg
Eduardo Muniz M. Cavalcanti
Fabiane Oliveira
Gabriel Freire Talarico
Gabriela Rollemberg
Jefferson Carvalho
Juliana Loss
Juliana Rodrigues Malafaia
Marcelo Weick
Marlos Augusto Melek
Samantha Meyer



institutoieja.com.br



revista.DATAVENIA



FALE COM A DATAVENIA

Redação: jornalismo@institutoieja.com.br

Comercial: comercial@institutoieja.com.br

Assinaturas: www.institutoieja.com.br e www.datavenia.info

Telefone: (61) 3970-5406

VENDAS CORPORATIVAS, PROJETOS ESPECIAIS

E VENDAS EM LOTE:

assinaturacorporativa@institutoieja.com.br

Atendimento de segunda a sexta-feira das 9 às 18h.

**CORRESPONDÊNCIAS, COMENTÁRIOS SOBRE O CONTEÚDO
EDITORIAL DA REVISTA DATAVENIA, SUGESTÕES E CRÍTICAS:**

contato@institutoieja.com.br

jornalismo@institutoieja.com.br

Mensagens devem trazer o nome completo do autor

**ANUNCIE NA REVISTA DATAVENIA E FALE COM O PÚBLICO
LEITOR MAIS QUALIFICADO DO BRASIL.**

publicidade@institutoieja.com.br

(61) 3970-5406

Para baixar a versão digital da revista, aponte a câmera do seu celular para o QR CODE no topo desta página.

IEJA Editora

SHIS QI 26, Conjunto 7, Casa 14

71670-070 – Lago Sul - Brasília DF – (61) 3970-5406

Presidencialismo ou Parlamentarismo?

A DATAVENIA tem a honra de apresentar, após as conturbadas manifestações do 7 de setembro, uma entrevista exclusiva com o Senador Antonio Anastasia, uma das vozes mais sensatas do Congresso Nacional e eleito, pelo sétimo ano consecutivo, de acordo com a pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), um dos políticos mais influentes do país.

Em profunda análise do atual cenário político nacional, momento em que reverberam-se vozes favoráveis ao parlamentarismo, o experiente Senador revela-se um entusiasta desse sistema de governo, em que pese o país ter, por tradição cultural, a necessidade de uma autoridade central forte, “quase que como um salvador da pátria”.

Entre outros relevantes assuntos, ele expõe interessante correspondência entre as mídias digitais e a crise de representatividade vivida não apenas no país, mas em todo o mundo, e chama a atenção para uma perda, cada vez maior, do sentimento de coletividade, de comunidade.

Voltando ao tema relacionado ao sistema de governo - presidencialismo ou parlamentarismo -, está presente também, neste exemplar, artigo de Fabiane Oliveira sobre a influência negativa da gênese parlamentarista na edição da Lei 1.079, de 1950, diploma regulamentador do processo de *impeachment*. Ainda vigente, a norma tem causado instabilidade democrática em razão das incongruências normativas oriundas daquela ideologia.

A DATAVENIA traz, ainda, uma reportagem sobre as mulheres no topo da hierarquia, na qual demonstra como as líderes femininas impactam positivamente suas organizações e quebram o descabido preconceito de que apenas homens poderiam ocupar esses postos. Aliás, a revista possui, em seu quadro, juristas mulheres atuantes em todas as áreas jurídicas, desde no Direito Digital, Direito Tributário, Mediação e Arbitragem, até no Direito Constitucional, Direito Eleitoral e nos Direitos Humanos.

Esta publicação conta também com temas de grande contemporaneidade nas discussões políticas e jurídicas do País, como as alterações normativas para as eleições de 2022, a questão da legalização de jogos de azar, a reforma tributária, a proteção de dados e muito mais. Boa leitura!

ENTREVISTA
COM O SENADOR
ANTONIO
ANASTASIA

14



CENÁRIO POLÍTICO
E ECONÔMICO
DO BRASIL EM
TEMPOS
DE PANDEMIA

40



POLÊMICA DA
LEGALIZAÇÃO DE
JOGOS NO BRASIL
CHEGA AO STF

62



LGPD: NOVA
REALIDADE PARA
A NAÇÃO

30



MULHERES
NO TOPO DA
HIERARQUIA

46



COHIBA,
UMA SENSÇÃO
DE PODER ÚNICA

70

”

AQUELES QUE
ADVOGAM PELA
INCONSTITUCIONALIDADE
DOS HONORÁRIOS
SÃO OS MESMOS QUE
POSTULAM HONORÁRIOS
– ISSO MESMO –
EM FAVOR PRÓPRIO
E NO MESMO PROCESSO

”

Honorários Advocatícios na CLT: Qual é o problema?

Uma antiga reivindicação dos advogados foi atendida pela Lei 13.467/17, acerca da qual tive a honra de participar da equipe de redação: definidos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, que variam entre 5 e 15%.

A lei determinou que mesmo aqueles que detêm os benefícios da gratuidade, terão deduzidos o valor que ganharam no processo para o pagamento do advogado da parte contrária: por lei específica, os honorários possuem natureza alimentar.

Entretanto, se o reclamante nada receber nos autos (tiver todos os pedidos julgados improcedentes) e for detentor da gratuidade, a cobrança dos honorários restará sobrestada, dependendo sua execução nos próprios autos de comprovação na alteração da fortuna do devedor.

Curiosamente, tenho recorrentemente visto nas petições que aqueles que advogam pela inconstitucionalidade dos honorários, são os mesmos que postulam honorários – isso mesmo – em favor próprio e no mesmo processo.

Dicotomias e contradições à parte, os honorários na Justiça do Trabalho como brilhantemente mencionou o Ministro Barroso na Corte Suprema, serviu para eliminar pedidos aventureiros, que se divorciavam da finalidade do Direito e da Justiça.

Tenho visto ainda a plena necessidade de fundamentação da concessão de honorários nas decisões judiciais (93, IX CF), bem como e necessidade urgente de harmonização do percentual concedido em favor do advogado do trabalhador e da empresa, em nome da isonomia, salvo se a decisão justificar legalmente o motivo pelo qual um advogado mereceu receber – no mesmo processo – percentual diverso.

Cuide-se ainda: na imensa maioria dos processos, os trabalhadores detêm a gratuidade, e na maior parte dos casos os advogados patronais não conseguem executar os honorários sucumbenciais de direito, motivo pelo qual me parecem equivocadas as ideias que permeiam o Poder Legislativo para alteração dessas regras. A questão está judicializada no E. STF, com vistas regimentais.

Os honorários não são compensáveis entre si, afinal cada advogado deve receber pelo sucesso que obteve, e não aplicar uma conta aritmética para solver apenas o saldo entre dois advogados que litigam no processo defendendo pólos diferentes.

A redação da lei deixou para a jurisprudência definir a forma de cálculo dos honorários. Com vistas à interpretação conforme, notadamente sob o prisma do acesso à jurisdição, defendo que somente os pedidos integralmente julgados improcedentes geram sucumbência ao procurador que apresentou contestação. Dessa forma, quando houver reconhecimento judicial, mesmo que parcial, de violação de direito, o trabalhador será considerado o ganhador daquele pedido.

O processo do trabalho não pode ser uma ilha e restar infenso a honorários sucumbenciais, nem mesmo reverter a lógica legal para haver retrocesso com pedidos superlativos, que tangenciam a irresponsabilidade postulatória.

Marlos Augusto Melek é Juiz do Trabalho no TRT da 9ª Região, professor, escritor, palestrante e foi membro da equipe de redação da Reforma Trabalhista do Brasil (Lei 13.467/2017). @marlosmelek

Breves comentários sobre o processo de *impeachment* do Presidente da República no Brasil e a ultrapassada Lei 1.079/1950



Recentemente, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Min. Luís Roberto Barroso afirmou¹ que não houve crime de responsabilidade no caso da Dilma Rousseff. A declaração causou-nos surpresa, tendo em vista que, para a deposição do cargo de Presidente da República, é preciso a configuração de delito dessa natureza.

No Brasil, exsurtem dos arts. 85 e 86 da nossa constituição os parâmetros gerais da definição dos crimes de responsabilidade e o juízo natural do respectivo processamento, sendo que, em nossa nova ordem constitucional, o Congresso nunca deliberou uma lei do *impeachment*. Coube, portanto, à ultrapassada Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, regulamentar detalhadamente todo esse processo de julgamento.

”

A LEI 1.079/1950 FOI
ELABORADA POR
UM LEGISLATIVO
REACIONÁRIO,
DESEJOSO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO
PARLAMENTARISMO
COMO SISTEMA
POLÍTICO

”

Esse tipo de crime existe em nosso sistema jurídico desde a primeira constituição, a carta imposta de 1824, embora previsto, naquele contexto imperial, apenas para os ministros de Estado, nos termos de seu art. 133. Foi a Primeira Constituição Republicana, de 1891, influenciada pela doutrina norte-americana, que trouxe a figura da responsabilidade do Presidente da República e discriminou, em seu art. 54, quais seriam seus atos configuradores. A constituição de 1934 manteve o instituto em seus arts. 57 e 58. A de 1937, por sua vez, mesmo outorgada, também o positivou em seus arts. 85 e 86. Já a de 1946 o trouxe em seus arts. 62, 88 e 89. Na Lei Maior de 1967, basicamente repetiu-se o mesmo modelo, conforme se vê de seus arts. 44, 84 e 85, e a Emenda 01/1969 não o desfigurou.

No âmbito infraconstitucional, além da Lei 1.079/1950, tivemos no Brasil apenas a Lei 30, de 1892, embora esta tenha sido editada com o escopo limitado de definir os crimes de responsabilidade e as sanções aplicáveis apenas ao Presidente da República, diferente da ainda vigente, que tem, por sujeitos ativos, também os ministros de Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República. Interessantemente, ambas as normas prevêem, expressamente, o fatiamento da punição, a primeira ao determinar, em seu art. 68, duas votações em separado, uma para a perda do cargo e a outra para a inabilitação para o exercício de

”

ESSA INFLUÊNCIA
DA IDEOLOGIA
PARLAMENTARISTA
NA GÊNESE
LEGISLATIVA
TEM-SE REVELADO
EXTREMAMENTE
PREJUDICIAL
AO PAÍS

”

função pública, e a segunda ao declarar, em seu art. 2º, que esses crimes seriam punidos “com a perda do cargo somente ou com esta pena e a incapacidade para exercer qualquer outro, impostas por sentença do Senado”.

Entendermos o contexto histórico do momento da edição da Lei 1.079/1950 é fundamental para a exata compreensão das incongruências presentes nesse arcabouço normativo. Diante do exaurimento do Estado Novo com a redemocratização do país em 1946, os opositores daquele regime aprovaram-na como repulsa ao autoritarismo deposto, sentimento que se reflete no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, cujo trecho destaco, por oportuno:

Desse projeto pode-se dizer apenas como crítica que chegou um pouco tarde. De há muito deveria estar convertido em lei para que não se desse a anomalia que se deu de ficarem durante tanto tempo no regime da mais absoluta irresponsabilidade os membros do Executivo Federal e Estadual e do Poder Judiciário Federal, compreendidos na órbita desse projeto. A responsabilidade do Chefe da Nação, dos governadores, dos ministros e dos juizes é um dos elementos básicos na organização democrática da República brasileira. Há pela Constituição vários atos que esses cidadãos não podem praticar sem que fiquem sujeitos a processo de caráter político sem prejuízo dos processos de

caráter comum a que acaso no exercício das suas atividades tiverem de ser submetidos. Enquanto não tivermos a lei que defina os crimes de responsabilidade do Presidente da República e de outros membros do Executivo, assim federal como estadual, e do Poder Judiciário, a nossa organização democrática não estará completa. A irresponsabilidade só se compreende em regimes ditatoriais. Nos regimes de direito ela constitui um desafio à consciência jurídica da Nação e é a negação dos princípios cardiais desses regimes.²

No entanto, mais do que uma resposta ao regime que caíra, é possível que os congressistas de então vissem no presidencialismo um vilão, e tivessem preferência pelo modelo parlamentarista. Rafael Mafei, em sua obra recém-lançada, intitulada *Como remover um presidente: teoria, história e prática do impeachment no Brasil*, apresenta-nos essa interessante tese, segundo a qual a Lei 1.079/1950 foi elaborada por um Legislativo reacionário, desejoso da implementação do parlamentarismo como sistema político. Segundo ele, tamanha indignação com a ditadura varguista serviu para o fortalecimento desse grupo, derrotado, contudo, nas discussões da PEC 04/1949, que fora arquivada, a qual tentara instituir, formalmente, o parlamentarismo por aqui. Nas palavras do autor, há que se pensar na

[...] hipótese de que a Lei 1.079 poderia ter sido uma espécie de plano B dos parlamentaristas frustrados pela derrota da proposta de emenda nº 4. Se eles não haviam conseguido aprovar a emenda à Constituição de 1946, talvez tivessem ao menos conseguido contrabandear um simulacro de parlamentarismo pela porta dos fundos, via legislação ordinária. Isso explicaria os crimes vagos na Lei 1.079, que davam ampla margem para o Congresso investir contra o presidente e antecipar o fim do seu mandato por razões puramente políticas.³

Se assim for, essa influência da ideologia parlamentarista na gênese legislativa tem-se revelado extremamente prejudicial ao país, uma vez que dá ao *impeachment* uma conotação equivocada de servir como ferramenta para a superação de impasses entre forças políticas rivais, notadamente, entre os poderes Executivo e Legislativo. Como se sabe, tal configuração é típica do parlamentarismo, no qual o voto de desconfiança desempenha essa função, a de retirar, do Primeiro Ministro, o apoio que o próprio Parlamento lhe dera anteriormente, trocando-se o Chefe de Governo.

Apesar da suposta semelhança teleológica dos institutos, no presidencialismo, o *impeachment* assume consequência mais grave, qual seja, a destituição não apenas do Chefe de Governo, mas também do Chefe de Estado, figuras concentradas na mesma pessoa, escolhida majoritariamente pela soberania popular. Ou seja, 594 cidadãos (513 deputados mais 81 senadores) não detêm o poder de decidir quem deve ser o Chefe do Poder Executivo, o condutor dos destinos da nação.

Independentemente dos motivos ensejadores da elaboração da lei, fato é que ela apresenta, pelo menos, quatro sérios problemas, que precisam, urgentemente, ser corrigidos com uma nova regulamentação da matéria. O primeiro deles é que qualquer pessoa do povo pode apresentar a denúncia, lastreada, e aí vem o segundo, em fatos que se subsumem a tipos penais extremamente abertos e vagos, os quais dependem de valoração subjetiva. Quem poderia, por exemplo, explicar o que significa o ato de praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer crime contra a segurança interna?

Depois, o diploma legal confere ampla discricionariedade ao Presidente da Câmara dos Deputados para abrir o processo e submeter a denúncia à apreciação da comissão especial, decisão essa que não pode ser questionada pela defesa. Em outras palavras, não há

cabimento de qualquer recurso ou defesa prévia em face da instauração do *impeachment*. No rito da Lei 1.079/1950, a autoridade acusada somente é ouvida após (i) a elaboração do parecer pela comissão especial e (ii) depois da discussão do Plenário da Câmara dos Deputados.

Finalmente, verifica-se que o mérito da decisão do *impeachment* proferida pelo Senado Federal é inquestionável, razão pela qual não pode ser revisto por órgão jurisdicional. Se é verdade que é competência privativa daquela Casa Legislativa processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, nos termos do art. 52, I, da Constituição de 88, ela também preconiza que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, consoante o princípio constitucional do acesso à justiça, previsto em seu art. 5º, XXXV.

Se queremos um presidencialismo de verdade e um ambiente de estabilidade institucional, urge que nosso Parlamento se mobilize para a criação de uma comissão composta por pesquisadores e estudiosos do tema para elaborar um anteprojeto de uma nova lei do *impeachment*, que corrija as distorções presentes na ultrapassada Lei 1.079/1950 e para que ele não funcione, a todo momento, como uma carta na manga para os descontentes de plantão. Sem obediência à vontade popular, fonte originária da democracia, instala-se a tirania. Respeitemos os milhões de votos de nosso povo à eleição de nossos presidentes.

1 • Vide matéria em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/barroso-nao-ha-duvida-de-que-dilma-nao-foi-afastada-por-crime-de-responsabilidade-ou-corruptao/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

2 • BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 1384/1948. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1226457&filename=Dossie+-PL+1384/1949. Acesso em: 28 ago. 2021.

3 • MAFEI, Rafael. *Como remover um presidente: teoria, história e prática do impeachment no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 80.

”

SE QUEREMOS UM
PRESIDENCIALISMO
DE VERDADE E
UM AMBIENTE DE
ESTABILIDADE
INSTITUCIONAL,
URGE QUE NOSSO
PARLAMENTO SE
MOBILIZE PARA
UMA NOVA LEI DO
IMPEACHMENT

”

Fabiane Oliveira
é fundadora e Presidente
do Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados - IEJA.
Mestre e Doutoranda em
Direitos Humanos pela USP.
Assessora de Ministro do STF.
Professora.

“Temos perdido
cada vez mais
o sentimento
de coletividade”

Antonio Anastasia,
Senador da República (PSD-MG)

A terceira edição da revista dá destaque a um dos políticos, e também jurista, mais influentes do Congresso Nacional. Aqui ele compartilha conosco seu intenso trabalho junto ao Parlamento e sua vasta experiência na aprovação de marcos legais importantes para a sociedade, além de suas iniciativas voltadas para gerar reais melhorias na vida dos brasileiros.

Na entrevista, o Senador aborda também questões sensíveis do momento político atual, evidenciando um posicionamento sensato e republicano, sempre priorizando a democracia e o diálogo construtivo.





Senador, quais os principais motivos de termos um Brasil tão conflagrado nos últimos anos, com tantas manifestações nas ruas e uma permanente crise entre os poderes?

Isso tem ocorrido em todo o mundo e acredito que se deve muito ao surgimento das redes sociais e ao que isso gerou em todos os países. Talvez o primeiro grande movimento nesse sentido se deu no Oriente Médio, ainda em 2010, com o que ficou conhecido como Primavera Árabe. No Brasil, essa conflagração maior iniciou-se em 2013, com as maiores manifestações de rua da história do nosso país, com pautas muito distintas e, de certa forma, muitas vezes até sem pautas, com demandas muito esparsas. Tudo isso reflete – temos que ter bem claro esse diagnóstico – uma insatisfação popular com o sistema representativo. E por que isso ocorre, na minha visão? Porque temos perdido cada vez mais o sentimento de coletividade. As redes sociais nos aproximaram de pessoas distan-

tes, mas estão nos afastando dos mais próximos. Aliado a isso, com cada *smartphone* tornando-se um canal próprio de produção de conteúdo, cada pessoa é uma ‘influenciadora’. Todos têm opiniões sobre tudo, mesmo que não conheçam sobre determinados assuntos ou que tenham ‘ouvido falar por alto’. E formam suas convicções, não mais por livros ou pelo conhecimento científico, mas pelo vídeo de 15 segundos do *Instagram* ou a mensagem que recebeu, sem conhecer a fonte, no *Whatsapp*. Em 2015, quando recebeu o título de *doutor honoris causa* em comunicação e cultura na Universidade de Turim, o filósofo italiano Umberto Eco chamou a atenção ao afirmar, em uma manifestação até muito forte, que “as mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um

ganhador do Prêmio Nobel. O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”. Naquela ocasião muitos consideraram aquela palestra até muito elitista, como se apenas alguns pudessem dizer o que é certo e o que é errado. Mas precisamos, de fato, reconhecer que não temos de ter opinião sobre tudo, que não sabemos sobre todos os assuntos. Eu busco utilizar as redes sociais com parcimônia e com senso crítico. Mas sempre que há algum projeto mais polêmico em tramitação no Senado eu recebo uma enxurrada de comentários: “derube todo o projeto” ou “aprove sem mudar nada”. Como se o mundo fosse binário... ou aprova ou rejeita. O trabalho parlamentar é o oposto disso. É no debate, no diálogo, na troca de ideias que os projetos apresentados serão depurados, melhorados, que haverá a

convergência. Nas eleições de 2018 eu via alguns candidatos muito inflamados e eu questionava como eles conseguiriam sobreviver no Congresso Nacional. Muitos deles foram eleitos. Alguns se adaptaram, mas perderam seu público – aqueles, também inflamados, que queriam ‘acabar com o sistema’ e que não aceitam conversar com quem pensa diferente. Outros continuam falando cada qual para sua bolha, mas não têm a capacidade de avançar com nenhum projeto, porque consideram que só as suas ideias são boas. Produzem muito mais palavras que resultados, mas agradam o seu público. Afinal, isso tudo é reflexo do que ocorre na sociedade. Quantos, na família, não conseguem mais ouvir a opinião do outro? É triste, mas é a realidade que temos hoje. Acredito, no entanto, que, como tudo na vida, há um pêndulo. Antes, tínhamos





”

O TRABALHO
PARLAMENTAR É NO
DEBATE, NO DIÁLOGO,
NA TROCA DE IDEIAS
QUE OS PROJETOS
APRESENTADOS
SERÃO DEPURADOS,
MELHORADOS,
QUE HAVERÁ A
CONVERGÊNCIA

”

muito pouca participação. Hoje, muitos consideram que têm que opinar sobre tudo. Chegaremos, um dia, em um ponto de equilíbrio, no qual teremos mais bom senso e mais senso de responsabilidade, mais preocupação com o outro e com as consequências de nossas posições, discursos e ações.

O que pode ser feito pelos chefes dos poderes para retornarmos à estabilidade democrática?

A minha palavra sempre, até pelo meu estilo, é de bom senso, equilíbrio, serenidade, paciência e muita responsabilidade. Acredito que todos que estamos no mundo político temos de compreender que as instituições que representamos são muito maiores do que nós, felizmente. Mas cada qual deixa a sua marca – positiva ou negativa – na História. A nossa missão, sempre, deve ser entregar um país melhor quando não estivermos mais no cargo que ocupamos. Porque os cargos e as pessoas passam, mas o legado – positivo ou negativo – fica e gera efeitos na vida das pessoas. Por isso, acredito que não há outra solução a não ser o diálogo e a boa convivência democrática. Ora, não há mal algum de eu pensar A e o colega da cadeira ao lado pensar B. Conversar não é abrir mão de princípios e ideias. Nós podemos e devemos conviver bem com as diferenças. Aliás, todos aprendem muito e crescem quando conseguem ouvir os argumentos do outro e compreender sua visão de mundo. Não precisa mudar de opinião por isso. Mas é preciso respeito, senso democrático e responsabilidade.

O presidencialismo é o melhor sistema de governo para o Brasil ou já é o momento de se discutir um sistema alternativo?

Sou talvez o mais suspeito para responder a essa pergunta, porque sou, por convic-

ção, um árduo defensor do parlamentarismo. Por um motivo muito simples: à exceção dos Estados Unidos – que tem uma História e um sistema próprio, com um federalismo muito forte que funciona bem, todas as nações mais desenvolvidas do mundo são parlamentaristas: Reino Unido, Irlanda, Áustria, Bélgica, Países Baixos, Dinamarca, Suécia, Noruega, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Sei, no entanto, que a nossa dificuldade é grande para adotar esse sistema no nosso país, por causa da nossa herança histórica. O Brasil sempre gostou de um governo central forte, com uma figura representativa de comando, desde os tempos da Coroa, com os imperadores. A República confirmou isso. O governo de Getúlio e o regime militar ajudaram a reforçar essa figura. Na redemocratização, com o grande clamor pelas “diretas já”, essa necessidade de uma autoridade central forte, quase que como um salvador da pátria, foi reafirmada. O salvador não veio e nem virá, mas há um sentimento de que eleger alguém que vai “comandar a nação” é fundamental. Sabemos, contudo, que, na prática, o poder precisa ser compartilhado, até para evitar a tirania. Os últimos anos demonstram que o presidencialismo no nosso país tem cobrado um preço alto. O que ocorre, a meu ver, é que o modelo presidencial brasileiro enfeixou nas mãos do presidente da República uma gama imensa de poderes e atribuições em matéria financeiro-orçamentária, de organização administrativa e de políticas públicas. O Legislativo não tem a iniciativa das leis mais relevantes. Enfraquecida, a maioria parlamentar governista – quando há maioria, de fato, em decantada coalizão de partidos das mais diversas matizes ideológicas, passa a buscar espaço de poder, por meio de indicações de cargos e de emendas. E caso não seja contemplada, deixa de votar os projetos de interesse do Executivo. Isso leva a um paradoxo de fragilidade: o Executivo é muito forte,



mas não consegue aprovar suas pautas e faz um malabarismo para firmar-se no poder – esse é o presidencialismo de coalizão. Tudo isso acontece porque falta no modelo brasileiro algo fundamental: responsabilidade parlamentar. Hoje, o parlamentar não tem compromisso com o seu partido ou com uma linha programática e ideológica. Não há consequência prática de sua ação legislativa. Tendo em vista esse cenário, em um misto entre os dois sistemas, considero que o mais adequado para o Brasil hoje seria a adoção do semipresidencialismo, como o modelo existente na França e em Portugal. Por meio dele, haveria um aumento do espaço de atuação institucional do Parlamento, que passaria também a ter um grau maior de responsabilidade pela aprovação e coexecução das políticas públicas. O chefe do Executivo, eleito diretamente pelo povo, indicaria um gabinete ministerial, a ser aprovado pelo Congresso, com um respectivo plano de ação governamental.

Essa aprovação vincularia o Poder Legislativo e traria aos parlamentares um grau maior de responsabilidade. Caso o gabinete perdesse o apoio parlamentar, ou as Leis atinentes ao plano de ação governamental não fossem aprovadas, restaria ao Executivo recompor o gabinete e suas prioridades, ou dissolver o Congresso e convocar novas eleições legislativas para complementar o mandato parlamentar em curso. A perda de apoio ao gabinete, portanto, garantiria a responsabilização de todos. Seria dado maior poder ao Parlamento, é verdade, mas se exigiria também mais responsabilidade, compromisso com aquela pauta e com aquele plano aprovado no início da legislatura. Acredito que esse é um debate que precisamos fazer, não para valer imediatamente, como uma solução em meio ao caos. Mas para começar a valer daqui a alguns anos, de modo a permitir também uma adaptação e uma transição entre os modelos.

É possível dizer que a democracia está ameaçada no Brasil?

Acredito que não, felizmente. O Brasil, ao longo desses mais de 30 anos, desde a redemocratização, conseguiu construir instituições fortes e resistentes. Temos um sistema constitucional em funcionamento que, naturalmente, merece ser sempre melhorado e aperfeiçoado, mas que deu garantia e efetivação de direitos às pessoas e que cobra a responsabilização daqueles que cometem deslizos e malfeitos. O que temos até agora por parte de alguns é retórica, discurso, nenhuma ameaça real. E, se existir essa ameaça real, o nosso sistema democrático como um todo saberá dar respostas à altura para manutenção da ordem, da República e da democracia, que é o sistema que escolhemos e que a maioria da população brasileira, felizmente, compreende como o melhor. Temos erros e muito o que aperfeiçoar, não há dúvidas. Esses avanços, contudo, só serão viabilizados por meio de um Estado Democrático.

”

TODOS APRENDEM MUITO
E CRESCEM QUANDO
CONSEGUEM OUVIR OS
ARGUMENTOS DO OUTRO
E COMPREENDER SUA
VISÃO DE MUNDO.
NÃO PRECISA MUDAR
DE OPINIÃO POR ISSO.
MAS É PRECISO RESPEITO,
SENSO DEMOCRÁTICO
E RESPONSABILIDADE

”

A Lei 14.197/2021, relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, recém aprovada, pode ser interpretada como sendo uma resposta aos últimos acontecimentos no Brasil? Na avaliação do senhor essa lei traz mudanças positivas?

Há algum tempo o Parlamento vinha discutindo a necessidade de uma revisão da Lei de Segurança Nacional, sancionada no final do regime militar, para adaptá-la ao regime democrático e constitucional vigente. Ao mesmo tempo, de forma até curiosa, o Brasil não tinha criminalizado condutas que atentassem contra o Estado Democrático, o que considero um equívoco. Os últimos acontecimentos e as ameaças verbais de alguns grupos contra os poderes da República, reafirmaram a necessidade tanto da revisão da lei quanto da criação de tipos penais específicos para a defesa da democracia. Acredito que o Congresso Nacional agiu no momento certo e aprovou corretamente a Lei 14.197/2021, que tem exatamente esse intuito. Foi um movimento importante, que garantirá, legalmente, a penalização daqueles que se incorrem contra a soberania do Brasil, o Estado Democrático, as eleições livres e o exercício pleno dos direitos políticos dos cidadãos.

Recentemente o senhor participou do lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil (InvestBrasil), quais serão os benefícios para o povo brasileiro?

Eu tenho a satisfação de ser um dos líderes de algumas das maiores frentes parlamentares hoje no Congresso Nacional. Na InvestBrasil fui destacado como o representante de Minas Gerais para fazer uma interlocução e um contato maior com embaixadas e investidores internacionais, mostrando as oportunidades de investimentos que existem

nas mais diversas regiões, principalmente na área da infraestrutura. Nessa temática, também sou o vice-presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, coordenador da Câmara Temática Aeroportuária. Temos, de fato, muitas carências nesse setor e não conseguiremos desenvolver bem nosso país, crescer de forma sustentável e a longo prazo, se não enfrentarmos os grandes gargalos dessa área. Mas o Estado não conseguirá fazer isso sozinho, seja por falta de recursos financeiros, seja por dificuldades de gestão. Precisamos da parceria e dos recursos de investidores privados. Para tudo isso, é necessário garantir um ambiente com maior segurança jurídica – que dê aos investidores nacionais e estrangeiros confiança, que deixe claro que aqui as regras são respeitadas e não mudam de acordo com o bel-prazer do governo de plantão – e com ferramentas que possibilitem o aumento da produtividade tanto do setor privado quanto do público. Sou também vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa. Acredito firmemente na necessidade de modernização do Estado, com instrumentos que possibilitem uma administração muito mais gerencial, com a definição de objetivos e metas para cada área, com avaliação de desempenho, com remuneração variável por produtividade. Isso ajudará também, não há dúvidas, na melhoria do ambiente de negócios. Sou ainda, nesse contexto, vice-presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, buscando identificar, junto com o setor privado, as principais necessidades de atualização e melhoria da nossa legislação para poder colaborar na abertura de mais postos de trabalho. Tudo isso, se levado à frente, representará muito mais desenvolvimento econômico e social e a melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas, que é o objetivo maior da política.

”

ACREDITO FIRMEMENTE NA
NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO
DO ESTADO, COM INSTRUMENTOS
QUE POSSIBILITEM UMA
ADMINISTRAÇÃO MUITO MAIS
GERENCIAL, COM A DEFINIÇÃO
DE OBJETIVOS E METAS PARA
CADA ÁREA, COM AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO, COM REMUNERAÇÃO
VARIÁVEL POR PRODUTIVIDADE

”

Os entraves burocráticos e as questões da insegurança jurídica são fatores que inviabilizam o InvestBrasil? Como a Lei 13.726, de 2018, apelidada de Lei da Desburocratização, pode colaborar?

Não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Temos um sistema político e administrativo extremamente burocrático e complicado. Não desenvolvemos ainda soluções modernas e tecnológicas que colaborem com o dia a dia das pessoas junto à administração, algo que nos países desenvolvidos já existe há décadas. Por outro lado, a segurança jurídica inexistente hoje no Brasil. Nesse caso, nenhum dos poderes colabora muito. Temos muitas leis, um arcabouço normativo complexo e difícil de ser compreendido, com órgãos de controle e o Judiciário mudando constantemente de interpretações – e os juízos e tribunais de primeira





e segunda instâncias, para piorar, nem sempre observam a jurisprudência dos tribunais superiores –, e um Executivo que tem dificuldades em avançar com as reformas necessárias para mudar parte dessa realidade. A Lei 13.726, nesse contexto, foi positiva e buscou avançar sobre algumas questões que precisavam ser modernizadas. Mas uma lei sozinha não vai resolver um problema que ainda é cultural no Brasil, da exigência de muitos documentos e da falta de confiança na boa-fé do cidadão. Precisamos, nesse ambiente, avançar com a Reforma Administrativa – que, ao contrário do que muitos imaginam, não se restringe a uma PEC, mas deve ser um esforço permanente em projetos e ações para modernização e aumento da produtividade da máquina pública – e com a Reforma Tributária, que também é imprescindível e inadiável.

De acordo com a pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), pelo sétimo ano consecutivo, o senhor está entre os políticos mais influentes do Congresso Nacional. Diante do cenário de instabilidade política e econômica e outras crises enfrentadas pelo Brasil, o que o resultado dessa pesquisa representa?

Eu fico sempre muito lisonjeado com os resultados de pesquisas como essa, mas elas também aumentam a minha responsabilidade. A sociedade brasileira, no geral, infelizmente ainda tem pouca consciência política e nem sempre compreende bem o papel de um parlamentar. Às vezes, o que

se espera de um senador ou de um deputado é que ele seja um despachante junto ao Governo Federal para liberação de tratores ou para construção de uma ponte. Reconheço que isso é importante para muitos municípios que não têm os recursos para atender todas as necessidades de sua população, mas me recuso a fazer dessa atividade o meu trabalho principal no Parlamento. Meu esforço no Senado Federal é na busca de convergência e convencimento aos meus pares de que precisamos reformar, de que precisamos fazer mudanças sistêmicas no nosso pacto federativo, de forma a partilhar responsabilidades e recursos, para aproximar a solução do problema, que está na ponta, perto do cidadão. Nem sempre, naturalmente, eu consigo realizar tudo o que gostaria, mas sigo buscando avançar nas pautas que considero importantes para o país. Já são, hoje, mais de 350 matérias de minha autoria ou sob minha relatoria, o maior número do Senado. Dezenas delas já se transformaram em leis, colaborando para diminuir os efeitos da pandemia, para evitar o colapso de estados e municípios, para melhorar a segurança pública, o ambiente de negócios, a produtividade e o combate à corrupção, e para combater a burocracia excessiva, o desemprego e a ineficiência no Brasil. Independentemente de qualquer pesquisa – e, reitero, sou grato por esse reconhecimento pelo que tenho desenvolvido aqui no Senado –, vou continuar o trabalho em prol dessas pautas, pela melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida dos brasileiros.

Saúde da Justiça ou Justiça da Saúde?

Como anda a saúde da justiça? A resposta do médico poderia versar sobre a saúde fisiológica de magistrados, advogados, promotores e defensores. O tema, aliás, é muito interessante, pois os dados acenam que a avaliação do estado de saúde geral de 37,6% dos magistrados e servidores no contexto da pandemia piorou, segundo o CNJ. Entretanto, a resposta do gestor público questionaria o que há de saudável ou não na fisiologia do próprio sistema de justiça, a envolver questões como segurança, previsibilidade, celeridade, efetividade e justiça das decisões. Em meio a isso, a justiça consensual no setor de saúde complementar chama atenção.

São muitos os gargalos da Justiça no Brasil e a judicialização da saúde é um bom exemplo desse emaranhado. Do público ao privado, aqui tudo é judicializado. O total de casos de saúde ajuizados em 2020 ultrapassou o patamar de 550.000 demandas, o maior registrado desde 2015.

De outro, os processos entre consumidor e operadora de planos representam mais de 30% do volume de ações judiciais na área da saúde. A pesquisa “Judicialização da Saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução” elaborada para o CNJ verificou que essa judicialização impacta nas relações contratuais entre cerca de 50 milhões de beneficiários de planos de saúde, operadoras e prestadores de serviços assistenciais. Além disso, como se espera! Uma causa relacionada a esse assunto tarda, em média, 2 anos e 5 meses para uma solução definitiva na Justiça estadual. Neste caso, a justiça tarda e falha, mas não em razão do trabalho dos magistrados brasileiros, que se destacam entre os mais produtivos do mundo, porém o sistema colapsa.

As liminares são um conjunto representativo no universo da saúde, sendo deferidas em mais de 80% desses casos e, pela própria natureza dos conflitos, é comum que essas decisões confirmem tutelas por vezes irreversíveis para ambos os lados.

Embora o cenário pareça alarmante, essa transferência da decisão de políticas públicas ao judiciário pode ser bastante amenizada. Dilemas entre a saúde coletiva e a saúde individual se repetem diariamente perante os juízes.

Talvez, a pandemia tenha proporcionado uma compreensão social sobre aspectos de política pública relacionados à saúde coletiva que possa contribuir com a diminuição de demandas aventureiras.

Aqui é irresistível o racional do jargão “prevenir é melhor que remediar”, que se aplica à maior parte das demandas na justiça, notadamente, aos conflitos da saúde, os quais passaram a receber atenção especial das políticas de prevenção e solução consensual.

Nesse sentido, algumas ferramentas como a plataforma NATJUS e a criação de câmaras de solução de conflitos especializadas nesse setor ajudam a melhorar bastante a interlocução entre os entes públicos e o particular.

O movimento de produção normativa voltada ao fomento da consensualidade, particularmente, na esfera judiciária, produziu impactos importantes. Nessa trilha, a Resolução n. 125 do CNJ, o CPC, a Lei de mediação, bem como os enunciados da I Jornada de Prevenção e Solução de Conflitos promovida pelo Conselho da Justiça Federal, especificamente o n. 48, que dispôs sobre a composição extrajudicial e anterior ao litígio para a concretização do direito à saúde.

Em 2020, o CNJ buscou a maior modernização e digitalização dos sistemas de justiça por meio das Resoluções 335 e 358. São duas normativas fundamentais para a viabilização e consolidação do uso da negociação, conciliação e mediação por meio de

plataformas integradas aos tribunais em todas as fases do processo, inclusive em etapa extrajudicial.

Alguns tribunais parecem não ter compreendido a profundidade e a importância dessas resoluções para a sociedade ou preferem a inércia consciente em relação a seu atendimento detalhado. O prazo de 18 meses conferido pelo CNJ para a implantação dos sistemas informatizados para a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação (SIREC) encerra em junho de 2022. Tão festejado quanto negligenciado no dia a dia dos fóruns, há um inevitável protagonismo do incentivo a um movimento de prevenção e contenção da cultura da litigância no país. Isso requer a promoção do uso de meios adequados de solução de disputas em geral e, consequentemente, da pacificação dos conflitos sanitários. Finalmente, espera-se para breve uma resposta dos tribunais e o acompanhamento do próprio CNJ do cumprimento de suas resoluções.

Juliana Loss é Coordenadora Técnica de Mediação da FGV. Coordenadora Executiva e Pesquisadora do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário - CIAPJ FGV. Doutora em Direito Privado pela Universidad Carlos III de Madrid e pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Mestre em Direito Público pela Universidade Carlos III de Madrid (2011). Especialista em Mediação pela Universidade Carlos III de Madrid (2010) e em Direito Público pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2008). Presidente da Comissão de Mediação e Métodos Consensuais da OAB-RJ.



Desafios da Reforma Tributária

A sociedade civil e o setor produtivo ressentem-se da alta carga tributária e de um sistema muito complexo, circunstâncias que desidratam o empreendedorismo e desestimulam os investimentos. Por isso, a reforma tributária é defendida como mecanismo de avanços econômicos e sociais.

O ritmo dos debates em torno das propostas apresentadas ganha mais pressão ante o contexto econômico e político, especialmente com as consequências da pandemia do coronavírus, que impõem urgência ao aprimoramento da máquina tributária e do ordenamento.

São latentes as demandas por um sistema que anule a tributação regressiva; reduza o número de tributos; simplifique as exigências; equilibre a repartição do produto da arrecadação entre as unidades federadas; neutralize a carga sobre o contribuinte; modernize a atividade fiscal e diminua a litigância tributária.

A forma para a ambiciosa pretensão alterna entre a remodelagem dos tributos e a suficiência de intervenções pontuais. O desafio ganha magnitude, sobretudo, diante de complexidades históricas e sociais marcantes. A competência tributária é tripartida, os benefícios pontuam a política extrafiscal e a diversidade do sistema combina institutos e práticas que geram incongruências e desigualdades.

A própria expectativa de reforma ainda oscila, de modo impressionante, entre a completa repulsa de um projeto e sua aprovação em um só dia. Isso, no mínimo, gera incertezas e desprestígio o debate, além do que, aparenta risco de aprovação de um texto sem a conjugação dos fatores reais que o cercam.

A sensação de esgotamento do tempo para a entrega de uma reforma torna vulnerável outro ponto importante. A aplicação de orientações maiores, sem tratamentos pontuais, desconsidera variáveis e sujeita a sociedade a impactos de interesse público mais amplo.

Em nome da simplificação, a instituição da CBS tende a resultar importante incremento da carga tributária sobre a prestação de serviços, na qual a não cumulatividade costuma ter pouco impacto. No caso do setor de saúde privada, por exemplo, mais elevação dos preços, que já sobrecarregam a classe média, gera reflexo direto na pressão sobre a rede pública, que, por fim, acaba por absorver a demanda.

Outro contexto que mostra bem a necessidade de mais reflexão, aparentemente imperceptível, está circunscrito à instituição do imposto seletivo, destinado a desestimular o consumo de certos bens e serviços, tais como bebidas alcoólicas e derivados de tabaco. Um olhar mais detido revela que o setor de cigarros, em específico, está inserido sob sensível equação. Esses produtos são fonte de elevada arrecadação (mais de 70% do preço de venda é tributo), tendo em vista as externalidades negativas do consumo.

Mas, a imposição de maior carga tributária abre espaço aos já incríveis números do cigarro ilegal no país (aproximadamente 50% do total consumido), que estruturam uma ampla rede criminoso e comprometem a segurança pública, a partir de um produto vendido a preço baixo e, óbvio, não tributado.

Apontar certos alvos como fonte segura de tributação, sem considerar perspectivas de mercado e questões correlatas, é dar tratamento superficial a temas que extrapolam a tributação. Essas são apenas duas demonstrações de que uma boa reforma tributária deve trazer soluções estruturantes ao sistema tributário, mais atenta aos elementos constitutivos da sociedade brasileira, suas nuances históricas, sociais e econômicas.

”

UMA BOA REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE TRAZER SOLUÇÕES ESTRUTURANTES AO SISTEMA TRIBUTÁRIO, MAIS ATENTA AOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, SUAS NUANCES HISTÓRICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

”

Eduardo Muniz M. Cavalcanti é Procurador do DF. Foi Procurador da Fazenda Nacional. É professor e autor de livros e artigos jurídicos.



LGPD: nova realidade para a Nação



Desde o aumento dos casos de vazamento de dados pessoais nos últimos anos, os governos, as empresas e a sociedade se preocupam em criar mecanismos para evitar a invasão de privacidade. Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei de 13.709/18) - que regulamenta a forma como as organizações brasileiras (empresas, associações, bancos, órgãos públicos e outros) utilizam os dados pessoais.

No ano passado, a fim de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme estabelecido no Decreto 10.474/20. De acordo com a diretora do Conselho Diretor da ANPD, Nairane Rabelo, o objetivo não é frear a economia, ou os negócios, ou a inovação, mas promover crescimento que respeite e valorize o livre desenvolvimento da personalidade em seus múltiplos aspectos e a economia. “Relevante missão é a de orientar os agentes de tratamento e os titulares de dados, especialmente em razão da falta de uma cultura de proteção de dados no país. Regularizar dezenas de pontos da LGPD também é um importante papel da ANPD”, conta Rabelo.

A LGPD foi inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR, sigla em inglês). No Brasil, até 2018, não havia legislação específica sobre o tema, apenas disposições gerais no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor, na Lei de Acesso à informação e no Marco Civil da Internet. Nairane Rabelo ressalta que, “tendo em vista o grande fluxo internacional de dados pessoais na economia digital, é importante que as legislações de diferentes jurisdições tenham alguma compatibilidade. Ter uma empresa em um país com uma legislação de proteção de dados é uma vantagem competitiva em relação aos empresários de países que não possuem”.

Rabelo também explica que, dessa forma, o Brasil “possui mais insumos para pleitear seu ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já que possuir uma lei de proteção de dados é um requisito para tal”.

Adesão à LGPD

A corrida para se adaptar à nova legislação continua. Porém, devido à recente entrada em vigor da lei e também ao exercício da ANPD, há menos de um ano, ainda há baixo nível de adesão à LGPD no Brasil.

De acordo com a diretora Nairane Rabelo, se compararmos, “ao redor do mundo, vimos autoridades de proteção de dados funcionando antes das leis justamente para preparar políticas públicas de conscientização, avançar na regulamentação e na estruturação”.

“A ANPD está atenta às necessidades das empresas e por isso tem atuado com diversas medidas orientativas através de iniciativas próprias ou articuladas com outros órgãos, o que aumenta o alcance e a capilaridade dessas medidas. A segurança jurídica é outra preocupação do órgão, que já começou a se manifestar sobre questões de interpretação e regulamentação. O avanço na resolução para agentes de pequeno porte pode ser um importante marco, pois amplia a discussão da LGPD ao envolver interesses diretos de mais de 90% das empresas brasileiras”, explica Rabelo.

Obrigações

Fabricio da Mota Alves, conselheiro nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da ANPD, esclarece que a nova lei cria muitas obrigações aos agentes de tratamento na proteção de dados pessoais de uma organização empresarial. “Isso em termos numéricos, em termos qualitativos, não. Em termos qualitativos, nós temos um texto muito moderno apresentado na lei, e temos também aspectos do regime sancionatório e também de aspectos conceituais suficientemente maduros. Mas em termos numéricos, sem sombra de dúvida, a LGPD oferece um rol muito extenso de obrigações aos agentes de tratamento”, ressaltou o conselheiro.

”

RELEVANTE MISSÃO É A
DE ORIENTAR OS AGENTES
DE TRATAMENTO E OS
TITULARES DE DADOS,
ESPECIALMENTE EM
RAZÃO DA FALTA DE
UMA CULTURA DE
PROTEÇÃO DE DADOS
NO PAÍS. REGULAMENTAR
DEZENAS DE PONTOS
DA LGPD TAMBÉM
É UM IMPORTANTE
PAPEL DA ANPD

”

NAIRANE RABELO,
DIRETORA DO CONSELHO
DIRETOR DA ANPD

De acordo com Mota, os desafios são as inovações nas atividades corporativas: novos funcionários, novas dinâmicas de tratamento dos dados pessoais dos cidadãos. A LGPD “deve ser implementada desde o funcionário mais recente de sua empresa até aqueles que ocupam os cargos mais elevados e são os mais antigos. Todos devem estar 100% aderentes à proteção de dados. E essa permanência, essa perenidade de adequação, de adesão cultural e comportamental é a grande vantagem da lei. Ela cria uma cultura”, finaliza Mota.

Estudos aplicados

Com a missão de auxiliar os profissionais a entenderem as nuances dessa nova legislação, o Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA), em Brasília, promove cursos especializantes. O último, “LGPD - questões práticas”, foi realizado no começo de agosto. E mesmo sendo online em virtude da pandemia, há uso de métodos tradicionais de aulas expositivas, estudos de casos e exercícios.

O estudante tem a oportunidade de aplicar o conteúdo transmitido com exercícios práticos do dia a dia das organizações públicas e privadas, a exemplo de casos concretos como a elaboração de uma política de privacidade, de relatório de impacto e de manifestações jurídicas concernentes ao tema.

O corpo acadêmico é formado pelos seguintes professores: Ministro Antonio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça; Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão, diretora da ANPD; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, conselheiro nacional de Justiça e encarregado de proteção de dados (DPO) do Conselho Nacional de Justiça; Dr. Fabricio da Mota Alves, conselheiro da ANPD, encarregado-adjunto de Proteção de Dados (DPO); Dr. Daniel Stivelberg, secretário do GT de Governança de Dados e do Comitê de Ética e Conformidade da Brasscom, e Dra. Fabiane Oliveira, mestre e doutoranda em Direito pela USP, fundadora e presidente do IEJA.

O IEJA já está programando o próximo curso.
Para mais informações, acesse institutoieja.com.br.

MAIS VALOR A SUA EMPRESA
EM QUALQUER NEGOCIAÇÃO.

DENIS
BATISTA



JMDCB.COM.BR Siga-nos  

DENIS BATISTA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA EMPRESARIAL

Certificação dos Programas de Integridade finalmente é possível

Desde a introdução dos Programas de Integridade, a reboque da Lei 12.846/13 e seu Decreto 8.420/15, muito se tem debatido a respeito da sua efetividade, tornando-se a peça-chave para assegurar, não somente a confiança no Programa, mas a credibilidade de toda a iniciativa do compliance no país, que corre o risco de virar “letra morta”, caso não se configure ferramenta concreta de auxílio no combate à corrupção.

O fato de uma lei requerer Programa de Integridade não significa nada, ou quase nada, caso não contribua ao aumento da confiança nas relações público-privadas.

A efetividade do Programa é tão importante, que serve inclusive, à dosimetria de multas e outras sanções. Entretanto, a efetividade não pode se restringir à um conjunto de documentos. O Programa de Integridade é na prática, um sistema de gestão, e sua avaliação passa por três esferas:

- estruturação: avaliação dos riscos, elaboração da documentação e definição de controles;
- implementação: adequações dos processos e sistemas, implantação dos controles e treinamento de todo o pessoal e terceiros;
- efetividade: cumprimento de todas as regras e controles, e o principal: sua real contribuição à mitigação dos riscos;

Em 2016, foi emitida a primeira norma internacional certificável, a ISO 37001 - Sistema de Gestão Anti-

suborno, com pilares mais estruturados que os definidos para o Programa de Integridade. No entanto, observa-se resistência do Poder Público em adotar normas técnicas. Outra vertente argumenta não ser confiável um privado controlando outro privado.

As certificações ISO no Brasil, contam acreditação coordenada pelo INMETRO (também existem acreditadores privados), que avalia anualmente as certificadoras quanto à gestão, conformidade técnica e confiança (procedimentos para assegurar independência, imparcialidade, objetividade e ausência de conflito de interesse). Denúncias podem também ser apresentadas, podendo incorrer em sanções.

Em 2021, foi emitida a norma ISO 37301 – Sistema de Gestão de Compliance, que também abrange todos os pilares do Programa de Integridade, assim, a priori é possível emitir um certificado para uma empresa privada com o seguinte escopo: “sistema de gestão de compliance para riscos de prevenção à atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira”, como definidos no Artigo 5º da Lei 12.843/15. A certificação pode ser obtida por organizações de qualquer natureza jurídica, pública, privada ou sem fins lucrativos e de qualquer porte.

A certificação confere maior segurança aos atores, e por outro lado, não significa blindagem jurídica à contratada, além de não suprimir ou diminuir qualquer prerrogativa do Poder Público, como regulação, fiscalização e sanção.

O Poder Público não tem “braço” suficiente, e nem deveria atestar a efetividade de Programas de Integridade de empresas privadas, trazendo insegurança jurídica ao agente público. Poderia sim, exigir a certificação como comprovação da efetividade dos Programas, o que ainda contribui à uma maior distância entre público e ente privado.

Urge aprimorar nosso arcabouço regulatório, permitindo, ou requerendo, que a efetividade dos Programas de Integridade possa ser demonstrada através da certificação ISO 37301.

”

A CERTIFICAÇÃO CONFERE MAIOR SEGURANÇA AOS ATORES, E POR OUTRO LADO, NÃO SIGNIFICA BLINDAGEM JURÍDICA À CONTRATADA, ALÉM DE NÃO SUPRIMIR OU DIMINUIR QUALQUER PRERROGATIVA DO PODER PÚBLICO, COMO REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO

”

Jefferson Carvalho é Especialista em Compliance, ESG, GRC e Certificações. Conselheiro certificado. Sócio-diretor da TRADIUS Consultoria e FLAIR Compliance. Assessor Especial da Presidência na ABRAC Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade



Consequencialismo Judicial



Em um importante simpósio promovido pela OAB em julho de 2020, o Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, defendeu a necessidade de uma interpretação consequencialista pelos Tribunais, com o objetivo de evitar futuros e novos litígios emergidos de suas próprias decisões. Para ele, “é hora de os advogados agirem para provocar os tribunais superiores para que fixem teses para evitar essa judicialização que se avizinha e que vai abarrotar os tribunais, além de gerar decisões lotéricas”. O contexto era a pandemia, mas a preocupação com a consequência das decisões tem tomado espaço nas reflexões institucionais do STF.

Mas o que é uma decisão consequencialista? E como ela tem sido aplicada nas questões tributárias julgadas pela Corte?

Consequencialismo é uma teoria filosófica segundo a qual o valor moral de um ato ou fato é determinado unicamente pelos seus efeitos. A orientação neste paradigma é de que a motivação das ações deve estar assentada na maximização das boas e futuras consequências, reduzindo os maus impactos. A precursora desta teoria é Elisabeth Anscombe, com seu ensaio “Modern Moral Philosophy”, em 1958, que estabelece uma crítica contra a teoria moral pura, tensionando as construções argumentativas puramente racionais, teóricas, com propósitos unicamente acadêmicos e institucionais¹, para acomodar as consequências concretas e reais de determinada reflexão.

No direito, considera-se consequencialista a decisão que tem como razão de decidir juízos de seus efeitos. Uma decisão judicial, portanto, é consequencialista na medida em que é tomada de forma tal a considerar os resultados, não apenas o direito positivo.

E uma decisão que não considere o consequencialismo na formulação das teses pode ser extremamente danosa. Cite-se a ADC 49. No caso em questão, o STF reconheceu a inconstitucionalidade da incidência do ICMS sobre a transferência interestadual de mercadorias pelo mesmo contribuinte:

sem transferência de titularidade não há circulação de mercadorias e, portanto, a incidência do ICMS é indevida. Não se mensurou as consequências da mudança de qualificação jurídica, que são inúmeras: sendo o ICMS um tributo não cumulativo, a incidência do imposto gera no adquirente o direito de aproveitamento do valor a título de crédito; com a não incidência, os Estados vão glosar este crédito? Há benefícios fiscais estruturados com base na incidência do ICMS nestas operações intra-grupo: com a declaração de inconstitucionalidade, qual a consequência? A ausência de esclarecimentos sobre todos esses pontos fez com que algo inédito ocorresse: a reunião de diversos setores (indústria, farmacêutico, comercialização de combustíveis, serviços, indústria láctea e de alimentos) e dos próprios Estados para buscar, junto ao STF, a modulação de efeitos e, também, a preservação do direito de transferência de créditos quando há o destaque do imposto na operação.

Um exemplo de decisão consequencialista foi a que reconheceu o direito à manutenção de crédito de IPI na aquisição de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus. Na ocasião, a Corte reconheceu que o direito ao crédito emergia não da regra tributária da não cumulatividade, mas, sim, da consequência, para a região e para a economia, decorrente caso este crédito não existisse mais. Os seguintes argumentos se destacam: “o tema em exame está a exigir desta Suprema Corte olhar igualmente sensível às particularidades e consequências que envolvem créditos do IPI”; “o sistema constitucional determina tratamento diferenciado para os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, para que ela siga fomentando o desenvolvimento da região, que é interesse da federação como um todo”.

Este caso ilustra nitidamente a importância do consequencialismo nas decisões, pois, para além dos limites jurídicos, considera-se os seus impactos na realidade, evitando os trágicos efeitos decorrentes de uma decisão jurídica aparentemente correta, mas que, pragmaticamente, seja desastrosa. No caso de Manaus, além de proteger a própria essência constitucional do estabelecimento de uma Zona Franca, a manutenção do crédito de IPI pelos adquirentes dos insumos ali produzidos permite a preservação da política econômica na

região (viés da segurança nacional) e a isonomia.

Apesar da notória importância do consequencialismo, algumas questões o colocam em xeque: o julgador consegue capturar todas as consequências da decisão? Este mesmo julgador enxerga consequências e opta por uma decisão cujos resultados sejam melhores com base em que critérios? Melhores para quem, para quais das partes? Além disso, qual a consequência do consequencialismo para o direito? Seria possível a extração de regras aptas a orientarem comportamentos futuros, atribuindo previsibilidade de resultados a condutas praticadas na sociedade? São questões que confrontam o próprio paradigma jurídico.

Mas fato é que o consequencialismo é uma realidade e é necessário, pois supera a hermética do direito para cotejá-lo em perspectiva a partir de seus efeitos, também, e a sua aplicação está sendo estimulada pela própria instituição judiciária. No entanto, o desafio a todos é refletir sobre a construção de uma racionalidade própria desta técnica argumentativa e decisória para, de um lado, manter a integridade do direito, e de todos os seus standards, como previsibilidade, clareza e aptidão para ser replicada a casos semelhantes.

1 • SATTTLER, Janyne. Revista Ethic@. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2016v15n2p246>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Ariane Costa Guimarães é Sócia do Mattos Filho Advogados, Co-fundadora do Elas Pedem Vista, Mestre e Doutora em Direito e Políticas Públicas Fiscais, Professora de Direito Tributário no UniCeub, foi visiting researcher em Georgetown, Vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária da OAB/DF, Vice-presidente do Comitê de Legislação da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), Vice-presidente da ABATDF.

Cenário político e econômico do Brasil em tempos de pandemia

O Brasil enfrenta uma das maiores crises políticas, econômicas e sociais de sua história, reflexo de um cenário pandêmico que assola o mundo inteiro desde o início de 2020. A situação agravou-se com o aumento expressivo do número de casos de pessoas infectadas e mortas por complicações da Covid-19. Numa análise feita pelo economista Prof. Dr. Mauro Rochlin, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a primeira coisa a ser feita diante desse cenário é garantir estabilidade à Democracia. Tal estabilidade oferece maior previsibilidade para o médio e longo prazo, capaz de produzir um estado de confiança para o mercado em geral. Outros fatores importantes, na visão do economista, são as reformas administrativa e tributária que precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional. “Cancelar os privilégios concedidos a castas

contempladas com ganhos indevidos nos últimos anos deve fazer parte da pauta da Reforma Administrativa. Na Reforma Tributária, privilegiar um imposto com forte caráter progressivo, que incida mais sobre renda e menos sobre a produção, deve ser uma prioridade”, conclama o professor.

O número de desempregados segue em alta, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No segundo trimestre de 2021, o Brasil contabiliza mais de 14,4 milhões de pessoas sem emprego formal. Enquanto isso, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista durante o evento “Scoop Day”, da companhia *Traders Club*, no início de setembro, mencionada no próprio site do Ministério, afirma que mesmo num cenário de gastos elevados, nos momentos mais críticos da pandemia



Foto: Divulgação/ FGV

”

O BRASIL AINDA DEVE ENFRENTAR DOIS PROBLEMAS: O PRIMEIRO ESTÁ RELACIONADO À CRISE HÍDRICA, QUE TRARÁ FORTES REFLEXOS NO CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA E PODE REFLETIR NO QUADRO INFLACIONÁRIO; O SEGUNDO SE REFERE À RETOMADA DO SETOR DE SERVIÇOS, QUE DEPENDE DO AVANÇO DAS CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO PARA QUE A REABERTURA DOS ESTABELECIMENTOS SEJA REALIZADA COM SEGURANÇA NO SETOR DE SERVIÇOS

”

PROF. DR. MAURO ROCHLIN,
ECONOMISTA DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS (FGV)

– com o compromisso com a responsabilidade fiscal –, o país tem retomado o caminho do crescimento.

A moeda brasileira tem apresentado elevada desvalorização nos últimos cinco anos. Para o economista, o principal motivo da forte desvalorização do real nesse período está ligado diretamente à situação fiscal, à relação da dívida interna com o Produto Interno Bruto (PIB), cujo aumento tem sido significativo, desde 2015. Desse modo, o país arrisca-se a não honrar seus compromissos econômicos.

Ao mencionar a inflação, Mauro Rochlin diz que a expectativa para 2022 é ficar num patamar mais baixo do que o deste ano. Em 2021, o mercado prevê uma inflação em torno de 8,6%, mas prevê que esse número fique entre 4,0 e 4,6% no próximo ano. Essa expectativa deve-se à projeção de uma taxa SELIC em torno de 9,0% e um dólar mais baixo, diminuindo a pressão sobre o preço, em real, de diversos produtos consumidos por aqui, principalmente as commodities.

O Brasil ainda deve enfrentar dois problemas: o primeiro está relacionado à crise hídrica, que trará fortes reflexos no custo da energia elétrica e pode refletir no quadro inflacionário; o segundo se refere à retomada do setor de serviços, que depende do avanço das campanhas de imunização para que a reabertura dos estabelecimentos seja realizada com segurança no setor de serviços.

Segundo Mauro Rochlin, talvez o Brasil tenha uma melhora a curto prazo – comparando o segundo semestre deste ano com o mesmo período do ano passado. É possível imaginar um PIB acima de 5% para 2021, comparado ao mesmo período do ano passado. Para 2022, entretanto, o quadro é mais difícil, uma vez que a base de comparação é maior. Nesse quadro, a expectativa de crescimento econômico é muito baixa: “A alta do PIB que estamos registrando agora, em 2021, só está acontecendo porque a base de comparação, que é 2020, é muito baixa. Para 2022, infelizmente, o quadro não é dos melhores”, sintetiza Rochlin.

O que há de novo para as eleições de 2022



Muito se discutiu, pouco se alterou. Embora vigentes 6 novas normas (EC 111/2021, LC 184/2021 e Leis Ordinárias 14.192/2021, 14.197/2021, 14.208/2021 e 14.211/2021), as eleições de 2022 terão praticamente regras idênticas das eleições gerais de 2018.

E, do pouco que mudou, o que há de relevante para 2022?

Primeiro, a Emenda Constitucional 111 apresenta duas inovações significativas: 1) contagem em dobro dos votos dados a candidatas mulheres ou a negros/as para a Câmara dos Deputados, para fins de divisão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha; e 2) flexibilização da fidelidade partidária, com a possibilidade de obtenção, pelo parlamentar, da anuência da direção do partido de origem para mudança de agremiação.

A Lei Complementar 184/2021 insere o § 4º ao art. 1º da LC 64/90 para afastar a incidência da inelegibilidade àqueles que tiverem contas rejeitadas pelos Tribunais de Contas sem imputação de débito, com aplicação, exclusivamente, de multa.

Gabriela Rollemberg é sócia fundadora do escritório Gabriela Rollemberg Advocacia - GRA. Formada em Direito (UNICEUB) e em Ciência Política (UNB). Especialista em Direito Eleitoral. Membro-fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep e da “Elas Pedem Vista”. É também fundadora da Quero Você Eleita, um laboratório de inovação política para potencializar a atuação de lideranças femininas nos espaços de poder. Professora em diversos cursos de pós-graduação, dentre eles o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e a Escola Nacional de Advocacia (ENA).

A festejada Lei 14.192/2021 trouxe o combate à violência política contra a mulher, (1) proibindo a propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule a discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia; e (2), mediante um novo tipo penal (art. 326-B do Código Eleitoral), punindo quem assedia, constrange, humilha, persegue ou ameaça, por qualquer meio, candidata ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia.

Esta lei também reescreveu o art. 323 do Código Eleitoral para punir a divulgação de conteúdo sabidamente inverídico (fake news) contra candidatos e partidos, inclusive aquela propagação que menospreze ou discrimine a condição de mulher ou sua cor, raça ou etnia.

Outra alteração que deve ser enaltecida se deu com a Lei 14.197/2021 que revogou a famigerada Lei de Segurança Nacional. Entre seus dispositivos, destacam-se dois (arts. 359-N e 359-O do Código Penal) que punem, com penas de 3 a 6 anos, a (1) interrupção do processo eleitoral (“impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral”) e (2) a violência política (“restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”).

Já a Lei 14.208 institui a federação dos partidos, assim compreendida como a reunião de dois ou mais partidos com registro definitivo no TSE, em âmbito nacional, por um período mínimo de 4 (quatro) anos, para concorrer a cargos eletivos majoritários e proporcionais, assim como participar das atividades parlamentares.

Por fim, temos a Lei 14.211/2021 que atualiza a redação do Código Eleitoral e da Lei 9.504/97 para fixar a possibilidade de coligação exclusivamente para os cargos majoritários, e estabelece duas alterações relevantes: 1) redução do número de candidatos das eleições proporcionais para até 100% do número de lugares a preencher mais 1 (um); 2) define que apenas participarão das sobras (disputa das cadeiras legislativas não preenchidas com os critérios do quociente eleitoral e partidário) os partidos que tenham obtido pelo menos 80% do quociente eleitoral, e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% desse quociente.

Marcelo Weick é sócio fundador do Weick Advogados. Mestre em Direito em Processo Constitucional pela UFRN. Doutor pela UERJ. Possui pós-doutorado em Direito Público pela Universidade de Santiago de Compostela. É membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep. Professor de Direito Processual da UFPB.



Mulheres no topo da hierarquia

O mundo está em constante transformação, vivemos novos tempos e estamos presenciando a construção de uma nova concepção de hierarquia no mercado de trabalho onde mulheres passaram a ocupar o topo dessa hierarquia, inclusive em cargos nos quais a presença da mulher era considerada tabu. O protagonismo feminino pode ser notado em diversas áreas, mesmo que em alguns casos com pequena representatividade.

No meio jurídico, temos visto profissionais que desempenham suas atividades com destaque, ganhando cada vez mais espaço e reconhecimento frente ao trabalho desenvolvido. Na presidência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), está a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, para quem é uma honra presidir o TJMT, sobretudo por ter outra mulher ocupando o cargo de vice-presidente, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro. Maria Helena lembra que, até então, apenas uma mulher havia presidido o TJMT, há 27 anos, a desembargadora Shelma Lombardi de Kato. Num levantamento feito nos tribunais de justiça estaduais, constatou-se que, dos vinte e seis estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas quatro tribunais são presididos por mulheres (tribunais de justiça do Acre, Ceará, Mato Grosso e Pará).

”

NÓS CHEGAMOS
À PRESIDÊNCIA
DA CORTE
E ESTAMOS
MOSTRANDO
QUE AS
MULHERES TÊM
UMA GRANDE
APTIDÃO PARA A
MAGISTRATURA E
PRINCIPALMENTE
PARA A
ADMINISTRAÇÃO

”

MARIA HELENA
GARGAGLIONE PÓVOAS
PRESIDENTE DO TJMT

Segundo a publicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2019, em seu Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário, apenas 38,8% são magistradas. Na justiça estadual, os dados apontam para um crescimento, no período de 1988 (21,9%) a 2018 (37,4%). Na Justiça Federal, contudo, nota-se uma redução de 34,6% em 2008 para 31,2% em 2018.

Desde sua posse, que ocorreu de forma virtual, a Presidente Maria Helena vive um período totalmente atípico em virtude da pandemia. Sua gestão, portanto, está sendo marcada pela realização de um grande número de atividades de forma virtual, situação inédita na história do Judiciário. Segundo ela, foi necessário o fechamento forçado do órgão em razão do alto índice de contágio da Covid-19, mas, apesar das limitações, vários projetos foram colocados em prática e estão trazendo bons frutos ao Judiciário e à sociedade.

Para a desembargadora, o fato de ser mulher não influenciou na relação de proximidade e respeito entre os membros do tribunal, onde sempre manteve uma relação amigável, inclusive com os servidores. “Nós chegamos à presidência da Corte e estamos mostrando que as mulheres têm uma grande aptidão para a magistratura e principalmente para a administração”, garante Maria Helena



Maria Helena Gargaglione Póvoas
Presidente do TJMT

”

PRESIDIR A
FIOCRUZ,
A PRINCIPAL
INSTITUIÇÃO
DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA EM
SAÚDE DA AMÉRICA
LATINA, NESTE
MOMENTO DE
PANDEMIA TORNA-
SE AINDA MAIS
DESAFIADOR,
JÁ QUE VIVEMOS
UMA CRISE
MULTIDIMENSIONAL
NA QUAL O
PRÓPRIO MODELO
CIVILIZATÓRIO
ESTÁ SENDO
QUESTIONADO

”

NÍSIA TRINDADE
PRESIDENTE
DA FIOCRUZ

Gargaglione Póvoas. Quanto ao papel da mulher no meio jurídico, ela ressalta que independente do ramo que escolher atuar, seja na Advocacia, na Defensoria Pública ou na Magistratura, a mulher exercerá sua “missão” com a mesma competência de um homem.

Em cargos de comando, as mulheres acabam sendo mais cobradas. “A grande maioria já enxergou que as mulheres estão nos cargos mais importantes da sociedade: na cabine de comando da Boeing, no Judiciário... Enfim, as mulheres hoje estão mostrando que têm competência para estar onde quiserem”, ressalta a Presidente do TJMT.

Outro exemplo dessa nova hierarquia vem da presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ocupada pela Doutora em Sociologia e servidora da Fundação desde 1987, Nísia Trindade Lima, que entra para a história por se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo – à época com 117 anos de criação. Uma quebra de paradigma que a galeria de ex-presidentes evidencia ao exibir vinte e sete homens figurando como ex-presidentes. Nísia Trindade tomou posse em 2017 para uma gestão de quatro anos e, em janeiro de 2021, foi reconduzida ao cargo para mais um mandato (2021-2024). No meio científico ela representa dois grupos ainda minoritários: o de mulheres e o de cientista social.

“Na Fiocruz, procuro exercer minha função de acordo com os valores que me formaram. A autoridade pode ser exercida pelo exemplo de um trabalho comprometido e sério, sem precisar incorrer nesses estereótipos”, relata a presidente que busca, além de ser um exemplo, desenvolver um trabalho capaz de servir como motor dessa iniquidade.

Ainda segundo a presidente da instituição, o número de pesquisadores e tecnologistas mulheres nos quadros da Fiocruz é maioria, porém, ao observar os cargos de direção,



Nísia Trindade
Presidente da Fiocruz

a situação se inverte. “Infelizmente, é um cenário que se retroalimenta simbolicamente. A expectativa de que homens ocupem essas posições tende a produzir essa realidade. Isso contribui para a dificuldade de se valorizar mulheres em cargos de chefia, e constitui um dos fatores para essa desigualdade”, sinaliza Nísia.

Para Nísia Trindade, presidir a instituição neste momento de pandemia torna-se ainda mais desafiador, já que vivemos uma crise multidimensional na qual o próprio modelo civilizatório está sendo questionado. Entre os desafios da Fiocruz, que é a principal instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, está o de salvar vidas, desenvolver vacinas e assegurar uma cobertura vacinal que atenda toda a população brasileira, além de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). “Os desafios que já enfrentávamos na promoção da saúde pública intensificaram-se. A pandemia expôs e acentuou os problemas estruturais da sociedade brasileira, sobretudo as desigualdades, e, por isso, as respostas precisam também ser estruturais”, salienta.

No mês de setembro a presidente assumiu um novo desafio: o de integrar o Conselho de Coalização para a Promoção de Inovações em prol da Preparação para Epidemias (CEPI), uma organização internacional que visa a instruir a sociedade para cenários de epidemias, a partir de financiamentos de projetos de pesquisa, para agilizar a produção de vacinas.

Ao ser indagada sobre o fato de mulheres ocuparem cargos antes

exclusivamente destinados aos homens e se sua responsabilidade enquanto presidente é maior, Nísia comenta que, além da sobrecarga feminina, por conciliar vida familiar e trabalho, elas enfrentam muita desconfiança ao ocuparem esses cargos. Para estimular o relato de experiências e eventualmente demonstrar como venceram situações de subalternização, a Fiocruz desenvolveu um projeto chamado “Mulheres na Fiocruz: Trajetórias”.

A presidente defende que, ao entrar para a ciência, a mulher retira as armaduras e vence a rigidez dos preconceitos que permeiam sua presença. Na visão dela, a mulher também contribui para o conhecimento ao libertá-lo das amarras de “certezas preconcebidas”.

Ao fazer um balanço dos últimos quatro anos à frente da Instituição, Nísia se orgulha de ter construído uma grande unidade institucional, que oferece diversos serviços à população, e relata uma ausência na comunicação entre áreas distintas, problema sanado através de um sistema integrado para o aprimoramento e a consolidação dessa comunicação. Em sua gestão, ela procura manter uma boa interlocução com os diferentes níveis de governo e com o parlamento, pontuando a aprovação da Lei 13.801/19 como conquista, por atender especificamente à Fiocruz ao liberar a participação da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) em atividades de produção e fornecimento de vacinas, medicamentos, biofármacos e diagnósticos. Ela reforça que um dos objetivos de seu trabalho é o fortalecimento do SUS.

SABE QUAL ESTADO VAI REALIZAR O MAIOR PROJETO AMBIENTAL DO BRASIL?

O SEM.

Com a concessão dos serviços de água e esgoto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro vai despoluir a Baía de Guanabara e recuperar um dos ecossistemas mais ricos do país.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

SEM TEMPO A PERDER

**FAÇA A SUA PARTE:
PRESERVE O MEIO AMBIENTE.**

OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

A igualdade é um direito humano internacionalmente assegurado. Garante-se a igualdade perante a lei, sem qualquer distinção, de raça, gênero, cor, etnia, classe social. A equidade de gênero, a despeito de ser assegurada em diversos tratados internacionais e na maioria das Constituições, ainda é uma igualdade formal, mas não material.

As mulheres a despeito de constituírem uma maioria numérica, são minoria no que se refere à fruição de direitos, sendo em muitos Países, privadas de direitos básicos, como dignidade humana, acesso à educação e ao trabalho. A ascensão do Talibã, no Afeganistão, mostrou ao mundo o quanto às mulheres ainda são vulneráveis. Daí a necessidade de se efetivar os direitos humanos das mulheres.

Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU é enfática ao elencar como um dos seus princípios a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, como critério para avaliar o grau de desenvolvimento de uma sociedade.

Empoderar às mulheres é conferir poder a elas no âmbito social, econômico, jurídico e político, garantindo a igualdade de gênero. Trata-se, não apenas, de assegurar a equidade formal, mas assegurar a igualdade de oportunidades. Visa-se garantir a equidade na fruição de direitos, e não conceder privilégios.

O empoderamento feminino tem uma esfera individual e outra pública. Na individual, implica em uma mudança da visão que a mulher tem de si mesmo (autoestima) e também numa mudança

cultural do papel da mulher na sociedade. Na esfera pública, ela envolve aspectos, políticos, jurídicos, sociais e econômicos.

Na política, o empoderamento feminino propugna pelo acesso à cargos eletivos e públicos e na participação efetiva do processo de tomada de decisões do Estado. Na área social, visa a melhoria da qualidade dos serviços públicos, pois as mulheres são a parcela da sociedade que é mais dependente desse setor. Na garantia do acesso à educação, ao trabalho, à propriedade e também ao combate a violência doméstica em todas suas formas: física, psicológica, política, moral, sexual e patrimonial.

No âmbito econômico é preciso assegurar a igualdade de remuneração entre homens e mulheres, a licença parental e o acesso de mulheres aos cargos diretivos das empresas. É necessária a elaboração e implementação de políticas públicas para a mulher. A desigualdade de gênero não se reduz simplesmente à falta de recursos, mas sim a ausência de oportunidades políticas, econômicas e sociais e tanto o Estado, como a comunidade internacional e a sociedade devem engendrar esforços para garantir os direitos humanos das mulheres.

Jamais se atingirá o desenvolvimento sustentável, enquanto persistirem barreiras que impeçam o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades das mulheres, que representam metade da população mundial. Empoderar a mulher cria um ambiente mais justo, fraterno e igualitário. Quando a mulher ganha, toda a sociedade ganha.



”

O EMPODERAMENTO FEMININO PROPUGNA PELO ACESSO À CARGOS ELETIVOS E PÚBLICOS E NA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DO ESTADO

”

Samantha Meyer é Doutora e mestre em Direito pela PUC/SP. Pós-doutoranda pela UNIFOR. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da UNINOVE. Advogada. Membro da Academia Internacional de Direito e Economia-AIDE, da Academia Paulista de Letras Jurídicas-APLJ, do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO/SP e do Conselho Superior de Estudos Avançados e do Conselho Superior Feminino da FIESP.



JB Construções e Empreendimentos

A construtora JB é uma empresa de engenharia que está há 26 anos consolidada no mercado, com mais de 2000 contratos concluídos, desde o planejamento até a gestão da construção, realizando projetos de Engenharia, Construções, Reformas, Pavimentações e Saneamento.





PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS PRINCÍPIOS DA ADEQUAÇÃO E DA NECESSIDADE

Em continuidade às nossas notas introdutórias a respeito dos princípios de proteção de dados pessoais, passamos a abordar os princípios da adequação e da necessidade. De acordo com o art. 6º, II da Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), o princípio da adequação consiste na compatibilidade entre o propósito do tratamento dos dados pessoais e a atividade de tratamento, levando em conta o contexto da situação. Assim, o agente de tratamento deve avaliar se os dados tratados guardam relação de pertinência com as finalidades. A geração de cadastro de clientes por parte de um estacionamento, com base no legítimo interesse, contendo nome, telefone, modelo de veículo e documento de identificação, para fins da garantia da segurança dos automóveis ali estacionados pode ser reputada como atividade de tratamento compatível, porquanto os meios são idôneos para a persecução do propósito almejado.

A adequação da coleta de dados também pode ser avaliada sob a perspectiva da efetividade de seu uso para a consecução das finalidades de tratamento. Assim, uma organização orientada para a prestação de serviços de cobrança poderá decidir reter informações básicas a respeito de titulares que sejam homônimos a um devedor, buscando, com isso, evitar a realização de cobranças indevidas.

O princípio da necessidade, por seu turno, estabelecido no art. 6º, III da LGPD, corresponde à limitação do tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário para a realização das finalidades definidas, abrangendo os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos para o atingimento do propósito da coleta. O agente de tratamento empreende o juízo de necessidade face à finalidade definida. No exemplo do estacionamento, a coleta de informações relativas às preferências alimentares dos clientes parece não guardar relação de necessidade para o atingimento do propósito de conferir segurança ao patrimônio. A máxima da necessidade preconiza que é incumbência do agente de tratamento optar pelo modo menos intrusivo de coleta de informações pessoais. Daqui decorre o princípio da minimização, que deve permear, sempre que possível, a atividade de tratamento.

Os princípios da adequação e da necessidade apoiam, também, a avaliação feita pelo controlador sobre o término do tratamento dos dados. De acordo com o art. 15, I da LGPD, o término do tratamento deve ocorrer, dentre outras hipóteses, quando a finalidade tiver sido alcançada ou quando os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes para seu alcance. Dispositivos desta natureza evidenciam o caráter contínuo da atividade de monitoramento da governança e do fluxo de dados das organizações. O agente de tratamento deve avaliar continuamente a conveniência do tratamento, seja em virtude do esgotamento da finalidade para a qual a informação fora coletada, seja em virtude de outras questões, como mudanças de ordem tecnológica, de contexto etc.

Na coluna anterior e nesta coluna abordamos de forma introdutória a tríade dos princípios fundamentais de proteção de dados pessoais, a saber, os princípios da finalidade, da adequação e da necessidade, que constituem o topo da pirâmide dos princípios de proteção de dados. As próximas colunas serão dedicadas a iniciar a análise dos princípios que garantem direitos aos titulares, quais sejam: livre acesso, qualidade e transparência.

—

Daniel T. Stivelberg é Encarregado-Adjunto de Proteção de Dados (DPO), Gerente de Relações Governamentais e Secretário do GT de Governança de Dados e do Comitê de Ética e Conformidade da Brasscom. É mestrando em Direito Constitucional no IDP, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, pesquisador voluntário do CEDIS, Centro de Estudos de Direito, Internet e Sociedade, também no IDP, e Diretor Acadêmico de Direito Digital do IEJA, Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados. Stivelberg é especialista em Relações Internacionais pela UnB e em Direito Constitucional pelo nominado IDP. Possui bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e em Relações Internacionais pelo Unicuritiba.

Polêmica da legalização de jogos no Brasil chega ao STF



”

O MTUR VEM ESTUDANDO O
TEMA DE FORMA A SUBSIDIAR
A MELHOR PROPOSTA PARA
O BRASIL. COLOCAMOS EM
DISCUSSÃO A LIBERAÇÃO
DOS RESORTS INTEGRADOS
PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO NOSSO PAÍS

”

EX-MINISTRO DO TURISMO
MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO

A defesa da legalização dos jogos e dos resorts integrados com cassinos ganhou força no Brasil, em consequência dos problemas econômicos do país no contexto da pandemia e das novas variantes da Covid-19.

Pelas projeções do governo federal, o Ministério do Turismo (MTur) pretende viabilizar as atividades de cassinos em resorts brasileiros até 2023. Embora o Presidente da República Jair Bolsonaro não se manifeste sobre o assunto oficialmente, há rumores de que ele é favorável à legalização e só não se posiciona devido à proximidade e ao apoio da bancada evangélica, que é contrária.

De qualquer forma, o avanço no debate sobre a liberação dos cassinos no Brasil é público e notório, tanto que o Ministro do Turismo, Gilson Machado, é um dos entusiastas do projeto dos “resorts integrados”, com a ampliação do setor de cruzeiros. Outra evidência da movimentação do governo federal rumo à legalização dos jogos foi manifestada pelo ex-ministro



do Turismo Marcelo Álvaro Antônio, que afirmou, antes de sua demissão, haver um trabalho dentro do governo para apresentar uma proposta a fim de viabilizar essa modalidade.

“O MTur vem estudando o tema de forma a subsidiar a melhor proposta para o Brasil. Colocamos em discussão a liberação dos resorts Integrados para o desenvolvimento econômico do nosso país”, disse Marcelo Álvaro Antônio, quando era ministro. O tema está na lista de 22 projetos estratégicos da pasta apresentada à Presidência da República.

A Câmara dos Deputados também deu mais um passo rumo à liberação de jogos e cassinos. Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, criou, em 9 de setembro, um grupo de

trabalho destinado a atualizar o projeto de lei do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil (PL 442/1991). Seis dias depois, em 15 de setembro, os parlamentares membros do grupo se reuniram para a instalação e a primeira reunião oficial. Além disso, ficou determinado que o relator, Deputado Felipe Carreras (PSB-PE), apresentasse um plano de trabalho. Pelas regras regimentais, o grupo tem noventa dias para concluir as atividades.

O colegiado debateu na reunião o futuro dos jogos e como a atividade pode ser o principal atrativo para a recuperação econômica do Brasil – com promoção, fortalecimento dos destinos nacionais, mais empregos, atração e fidelização de turistas.

REGULAMENTAÇÃO EM DEBATE HÁ 30 ANOS

A regulamentação dos jogos é discutida há três décadas no Congresso Nacional, com o PL 442/91 sendo uma das propostas mais antigas em andamento na Câmara dos Deputados. A evolução do debate para a formulação do Marco Regulatório prevê que os cassinos só serão autorizados dentro de resorts integrados que reúnam estrutura de hotéis, casas de *show*, teatros, centros de convenções e *shopping centers*. Esse é o modelo adotado em Las Vegas, nos Estados Unidos; em Macau, na China; e em Singapura.

O Senador Ângelo Coronel (PSD-BA) é um dos defensores da legalização: “A geração de recursos da tributação de jogos poderia ampliar o alcance do Bolsa Família de 14 milhões de famílias para 22 milhões, ainda aumentando o valor médio recebido de R\$ 200 para R\$ 300. Isso equivale a cerca de R\$ 50 bilhões em recursos para custear o incremento do programa.

Acredito que os recursos arrecadados devem ser usados na área social, em programa de renda básica; porém, isso cabe à gestão orçamentária do governo. Para o Brasil, o que importa é ter a capacidade financeira para custear o programa”.

O Senador do PSD baiano é relator do PL nº 2.648/2019, que libera a abertura de cassinos em *resorts*, tema igualmente tratado no PL 4.495/2020, do Senador Irajá (PSD-TO). Outros projetos no Senado também tratam da liberação e regulamentação de jogos de azar. O mais abrangente é o PLS 186/2014, do atual Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), que regulamenta ao mesmo tempo o jogo do bicho, os bingos, os jogos eletrônicos, as video-loterias, os videobingos, os cassinos em resorts, os jogos de apostas esportivas e os jogos de bingo *on-line*. Também tramita no Senado o PLS 595/2015, que libera a abertura de hotéis-cassinos em unidades de conservação.



Silas Câmara
(Republicanos-AM)



Senador Angelo
Coronel (PSD-BA)

Foto: Divulgação

BANCADA EVANGÉLICA É CONTRÁRIA

Não há consenso, contudo, no Congresso Nacional, em torno da legalização dos jogos de azar. A Frente Parlamentar Evangélica – formada por 195 deputados federais e oito senadores –, por exemplo, é contra a matéria. Seu coordenador, Deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), vem ressaltando, desde a volta do tema ao debate, que os parlamentares evangélicos se posicionam definitivamente contra a legalização dos jogos de azar. Segundo ele, não faltam motivos para isso:

“Existe, inclusive, uma estatística de que, na cidade de Las Vegas, para cada um US\$ 1,0

que a indústria do jogo movimenta, outros US\$ 3,0 são gastos pelo Estado na recuperação da destruição moral, psicológica e financeira que essa atividade causa. Todos sabem que o jogo é uma brecha, uma porta aberta para a corrupção, a lavagem de dinheiro da bandidagem, o tráfico de drogas, a prostituição. O jogo gera uma quantidade imensa de mazelas sociais e vai contra os nossos princípios e contra a sociedade. Definitivamente, a Frente Parlamentar Evangélica diz não aos jogos de azar e aos cassinos”, reitera Silas Câmara, sem mencionar a que estudo se refere.

COM A PALAVRA, O PODER JUDICIÁRIO

Até que os eventuais projetos do Poder Executivo sejam implementados e se chegue a um consenso no Legislativo em torno da melhor proposta a ser aprovada, é no Poder Judiciário que o tema “legalização dos jogos no Brasil” deságua para dirimir as dúvidas sobre a manutenção do crime de contravenção ou a descriminalização da atividade de uma vez por todas.

No Recurso Extraordinário (RE) 966.177, com repercussão geral reconhecida, o Supremo Tribunal Federal (STF), com relatoria do seu Presidente Ministro Luiz Fux, julgará se os jogos de azar configuram-se como contravenção penal ou não. Hoje, a exploração dos chamados jogos de azar aparece como infração na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688, de 1941).

O recurso extraordinário foi interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul em face de decisão do Tribunal de Justiça daquele estado, que entendeu pela atipicidade das condutas previstas no art. 50 da Lei de Contravenções, alegando que tal dispositivo não teria sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

Para a advogada Camila de



Camila de Assis Santana Silva
Advogada, especialista em Direito Penal Econômico e Corporativo.

Assis Santana Silva, especialista em Direito Penal Econômico e Corporativo pelo Instituto de Direito Público de São Paulo (IDP-SP), se a Corte entender que o art. 50 da Lei de Contravenções Penais não foi recepcionado pela Constituição Federal, a exploração privada dos jogos de azar não será crime no Brasil. Tal decisão traz significativos impactos, tanto nas investigações e processos em curso, que poderão ser arquivados ou trancados, quanto nas condenações definitivas — nesse caso, haverá de ser cessado o cumprimento das penas e restabelecida a primariedade dos acusados.

“Evidentemente, no caso de se concluir, no julgamento do STF, pela constitucionalidade do artigo, ainda assim o debate poderá e deverá, em nossa opinião, ser levado ao Legislativo, para que o crime seja abolido”, afirma a advogada.

Em conclusão, Camila de Assis sublinha que, mesmo havendo ampla discussão acerca da criminalização da exploração dos jogos de azar, inclusive com as propostas legislativas em tramitação, e mesmo sendo a autorização e a regulamentação tendências mundiais, a prática ainda é considerada uma contravenção penal no Brasil e o TJ-RS — que inaugurou a discussão em julgamento no STF — tem-se mantido isolado e na contramão dos outros tribunais brasileiros, que reiteradamente reconhecem a vigência e a aplicabilidade do artigo 50 do Decreto-Lei 3.688/1941.

MARCO LEGAL PRECISA SER MAIS ABRANGENTE

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional) informa que o setor, de acordo com estudos do Instituto Brasileiro Jogo Legal (IJL), pode arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões por ano em impostos, gerar mais de 200 mil novos postos de trabalho, formalizar 450 mil empregos e desenvolver regiões em função do turismo.

“Mas enquanto discutimos acordos e aguardamos sua votação, não podemos esquecer que o Projeto de Lei 442/91, que tramita na Câmara, pode não ser o melhor caminho para a regulamentação dos cassinos. Seria importante que o PL tivesse uma abrangência maior, para ir além de autorizar a abertura de cassinos e legalizar o jogo do bicho, bingo, máquinas BR1, apostas esportivas, jogos *on-line* e eletrônicos. Deveria ser discutida a possibilidade de funcionamento de pequenos cassinos, que não sejam integrados a *resorts*”, diz o presidente da ABIH Nacional, Manoel Linhares.

Na visão do presidente da entidade, esta proposta é fundamental, pois possibilitaria o desenvolvimento de diferentes destinos, geraria ocupação nos hotéis periféricos e evitaria a concentração da atividade apenas em grandes empreendimentos com tarifas subsidiadas pela arrecadação com o jogo.

Linhares, sem disponibilizar quais, afirma que muitos estudos e projeções foram realizados mostrando os vários aspectos positivos – aumento na arrecadação, geração de empregos e renda – que a legalização dos jogos poderia trazer. “O que temos defendido é que, a partir da autorização do funcionamento dos cassinos, o *trade* turístico possa ser valorizado, com a criação de diversos novos destinos no país de forma planejada e estratégica”, reitera o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

Aplicabilidade do Princípio da Insignificância aos crimes contra a Fé Pública

”

DETERMINADOS BENS JURÍDICOS, DADA A SUA ESPECIAL RELEVÂNCIA, DEMANDAM DO DIREITO PENAL TAL PROTEÇÃO QUE NOS AUTORIZA A PRESUMIR QUE A SUA LESÃO É, EM REGRA, RELEVANTE

”

Prevalece em nossa doutrina e jurisprudência a corrente Roxiniana, sendo quase unânime o entendimento de que o Direito Penal serve à proteção de bens jurídicos¹, restando, então, a necessidade de delimitação de quais bens jurídicos merecem a tutela penal do Estado.

Para tanto, o Direito Penal lança mão do princípio da lesividade, que seleciona os bens jurídicos penalmente tuteláveis por critérios qualitativo e quantitativo. É dizer, o princípio da lesividade serve de farol para determinar: a) quais bens jurídicos carecem da tutela penal e b) em que grau sua ofensa legitima o Estado a utilizar-se de sua ferramenta mais nociva, o Direito Penal.

Enquanto cumpre ao legislador a tarefa de limitar os bens jurídicos penalmente tutelados, é obrigação do Juiz determinar se a lesão denunciada no caso concreto é minimamente relevante a ponto de demandar a intervenção do Direito Penal.

Ou seja, o legislador executa o critério qualitativo do princípio da lesividade, enquanto o Juiz opera o braço quantitativo do postulado. Ambos, porém, são igualmente necessários. Assim, a simples circunstância de o bem jurídico ser formalmente tutelado pelo Direito Penal não torna penalmente relevante toda conduta que atente contra tal bem jurídico.

Neste caso, cumpre destacar que por vezes a jurisprudência erroneamente não reconhece a incidência do princípio da insignificância nos processos que cuidam de crimes contra a fé pública.

Normalmente a justificativa utilizada é genérica no sentido de que “o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a fé pública”, se limitando à verificação do critério formal, qualitativo da lesividade, restando pendente, contudo, o critério quantitativo, material.

Como dito, não basta a subsunção formal da conduta ao tipo penal. Exige-se, como visto,

um substrato material relevante apto a justificar a tutela penal. Daí a especial relevância do elemento quantitativo do princípio da lesividade.

Assim, deve sempre haver a análise em concreto da lesão provocada ao bem jurídico tutelado, não importando a sua relevância. Por tudo apontado, o correto é dizer que “EM REGRA, o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a fé pública”.

É bem verdade que, determinados bens jurídicos, dada a sua especial relevância, demandam do Direito Penal tal proteção que nos autoriza a presumir que a sua lesão é, em regra, relevante. A presunção, contudo, não é absoluta, pois, se fosse, ignoraria o substrato quantitativo do princípio da lesividade.

É dizer: por mais prestigiado que seja o bem jurídico tutelado, é sempre obrigatória a demonstração da mínima, concreta e relevante ofensividade da conduta denunciada.

Ou seja, de fato, diante da relevância do bem jurídico ora tutelado – no caso, a fé pública –, há de se reconhecer que, em princípio, em regra, as condutas que descrevem crimes contra a fé pública tendem a constituir fato penalmente relevante. O que não dispensa, contudo, a análise do grau de lesão no caso concreto.

1 • BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019, pa. 111.

Gabriel Freire Talarico
e Juliana Rodrigues
Malafaia são Advogados
criminalistas e Sócios
fundadores do escritório
Freire & Malafaia Advocacia.

COHIBA, uma sensação de poder única



O charuto Cohiba tem o maior prestígio no mundo do tabaco. Mesmo quem não fuma conhece o nome do famoso charuto de origem cubana. Cohiba é produzido em Cuba pela companhia estatal Habanos SA, e mais recentemente na República Dominicana. O nome vem da palavra Taíno, que designa “tabaco”.

No início dos anos 60, o líder da nação cubana, Fidel Castro, sentiu o aroma de um charuto fumado por um de seus seguranças particulares e solicitou um encontro com o torcedor (profissional responsável por enrolar o charuto). Assim, Castro conheceu Eduardo Rivero e o encarregou de treinar outros torcedores para produzir, em uma nova fábrica, aquele que seria o melhor e mais famoso charuto cubano.



Cohiba é a única marca na qual dois dos três tipos de folhas utilizadas na sua elaboração, seco e ligero, passam por uma terceira fermentação em barris. Esse processo se traduz em um aroma e sabor que só podem ser encontrados nesta marca.

Em 2007, foi criada a linha Maduro, nome dado em alusão ao processo de envelhecimento e maturação de sua folha de capa, que leva 5 anos.

Já em 2010, surgiu a linha Behike - a Habanos S.A. adicionou uma nova folha, muito rara, que confere ao charuto um sabor diferenciado a medio tiempo.

Todas as bitolas do Cohiba são feitas totalmente à mão com *long filler* - ou tripa longa, como dizem os cubanos - e são os charutos de primeira linha.



Originalmente, o Cohiba era produzido exclusivamente para Fidel Castro e para o alto escalão do governo e exército cubanos. Diplomatas e chefes de Estado ganhavam o charuto como presente - elevando seu prestígio ao longo dos anos. Porém, somente em 1982, por ocasião da Copa do Mundo na Espanha, a marca Cohiba começou a ser vendida comercialmente.

A fama desse charuto vem das fotografias que rodavam o mundo e exibiam o Cohiba na boca de Fidel Castro e de alguns dos mais importantes governantes mundiais. Assim, os Cohibas tornaram-se um dos símbolos da Revolução Cubana e marcaram o renascimento da indústria de charutos do país.



Mescla de capitais e lavagem de dinheiro

Uma questão pouco debatida tanto na doutrina como na jurisprudência é a relativa a mistura de bens de procedência lícita como os bens de procedência delitiva do agente que pratica o crime de lavagem de capitais. Como a Lei 9.613/98 permite o sequestro de bens com a prova indiciária da infração penal (art. 4º.) caberá ao lavador fazer a prova da licitude de sua origem, invertendo-se ônus probatório.

Não bastasse esse problema inicial da constrição dos bens com uso de prova meramente indiciária há outro mais grave que ocorre em relação a contaminação ou não de todo o patrimônio do acusado de lavagem de dinheiro quando existe a mescla de valores lícitos e ilícitos. Há casos em que o patrimônio foi constituído muito antes da prática do delito antecedente que possibilitou o posterior crime de branqueamento de capitais, devendo-se, necessariamente, fazer essa separação sob pena de penalização injusta do acusado. Porém, na prática, muitas vezes o confisco e a alienação dos bens ocorrem sobre a totalidade do patrimônio, sem a devida cautela de verificar se houve a mescla ou não.

Sobre a contaminação e descontaminação por mescla, PALMA HERRERA se refere aos casos em que um bem de procedência delitiva se mescla com outro que não o é, de maneira que resulta um novo bem, parcialmente ilícito e parcialmente lícito¹.

Um setor da doutrina sustenta que sempre que seja possível identificar a proporção dos bens ilícitos introduzidos no negócio lícito, o confisco deveria restringir-se exclusivamente aos valores de origem ilícito (teoria da contaminação parcial)².

A teoria da contaminação parcial indica que o bem mesclado só procede de um delito prévio na parte em que foi financiado por bens procedentes do delito ou seus substitutivos. Nesse sentido, somente poderia ser bem apto para a lavagem de capitais a parte de origem ilegal e não o resto³.

De outro lado, há a teoria da contaminação total, isto é, todo o patrimônio do lavador ficaria contaminado pela mescla de bens de origem delitivo. De acordo com essa teoria, o bem que foi obtido com uma parte de origem delitivo deriva totalmente do delito. Portanto, cada parte do bem contaminado procede do delito produzido e todo sub-rogado que lhe substitui. Esta postura tem como vantagem a economia na hora da prova, pois é suficiente a demonstração que uma parte dos bens são de origem delitiva para considerar a totalidade como precedentes de um delito, portanto, aptos para a lavagem. É suficiente, também, provar que um bem mesclado tem sua origem num delito, com independência da quantia ilícita⁴.

Oliveira sustenta que o princípio da contaminação total implica uma grave inversão do ônus da prova em prejuízo do acusado, a quem incumbiria provar a origem lícita de seu capital. Por isso, a solução mais adequada para estes casos é o confisco parcial (contaminação parcial); a solução da contaminação total somente estaria justificada quando a mescla de capitais foi precisamente a estratégia empregada pelo lavador para dissimular a origem ilícita⁵.

Como já sinalizamos a questão ainda é pouco debatida, mas é preciso cuidado no momento do confisco dos bens do autor do crime de lavagem de dinheiro sob pena de injustamente retirar todo o seu patrimônio em face da contaminação total dos bens, quando, na realidade, o critério justo seria o da contaminação parcial. Além de preservar parte lícita do patrimônio que não tem origem delitiva permite um critério mais equânime no momento do confisco.

1 • PALMA HERRERA, José Manuel. Los delitos de blanqueo de capitales. Madrid: Edersa, 2000, p. 363.
2 • OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos. Blanqueo de Capitales. Lecciones de Drecho Penal Económico y de la Empresa. Barcelona: Atelier, 2020, p. 651.
3 • BLANCO CORDERO, Isidoro. El delito de blanqueo de capitales. Pamplona: Aranzadi, 2012, p. 354.
4 • BLANCO CORDERO, Isidoro, ob. Cit,m pp. 350/351.
5 • OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos, ob. Cit, p. 651.

André Callegari é Advogado criminalista – Pós-doutor em Direito Penal pela Universidad Autónoma de Madrid – Professor Titular de Direito Penal do IDP/Brasília – sócio do Callegari Advocacia Criminal





Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

Ensinar é o que fazemos Direito

Brasília • São Paulo • Rio de Janeiro • Paraná • Rio Grande do Sul • Minas Gerais • Alagoas

Surgimos como resultado da vontade de juristas que vivenciam os bastidores instigantes da criação jurídica em seu duplo aspecto, normativo e interpretativo. Como um Think Tank, em perspectiva inovadora no ensino e no debate, produzimos pesquisas e discussões sobre as mais impactantes agendas da sociedade, em seus múltiplos segmentos, e sobre as particularidades da complexa estrutura e funcionamento do Estado e seus Poderes.

Ancorados sob os valores da ética, transparência, efetividade e competência, temos por missão ser uma instituição dedicada a pensar o Direito a partir da prática institucional de cada um dos Três Poderes e do diálogo entre eles, o que é concretizado mediante debates, publicações, formação de grupos de estudo e cursos protagonizados pelas mais altas autoridades dos temas abordados.

Nossa visão é a de proporcionar o aperfeiçoamento das soluções normativas e judiciais mediante a troca de conhecimentos para melhor atuação junto às instituições nacionais e, consequentemente, fortalecer um diálogo permanente entre todos os setores de nosso Estado Democrático de Direito.

Atuamos em conformidade com os princípios morais, éticos, legais e constitucionais, segundo uma agenda aberta de relacionamento entre agentes públicos e privados, no intuito de contribuirmos coletivamente para mudanças jurídicas necessárias e conduzidas pela participação ativa e democrática de todas as vozes representadas pela pluralidade e diversidade, de modo a fomentarmos uma arena inclusiva e de desenvolvimento, pesquisa e inovação, cujo ser humano é o centro da nova organização social.

Dra. Fabiane Oliveira

Presidente do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados.

Ex-Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal.

Assessora do Ministro Ricardo Lewandowski.

Assessora-Chefe do Senado para fins do impeachment da ex-Presidente Dilma Vanna Rousseff.

Graduada em Direito (UniCeub)

e em Relações Internacionais (UnB).

Mestre e Doutoranda em Direito pela USP.



O Instituto

Produzimos pesquisas, seminários, sistematização de dados, estudos das produções normativas e judiciais, cursos, além de proporcionar a aproximação do cidadão e setores produtivos com os atores das complexas estruturas dos Três Poderes, de

modo a contribuir com a entrega de dados técnicos para uma melhor tomada de decisão e de auxiliar ao efetivo profissional da área jurídica em sua atuação nos mais relevantes assuntos das diversas esferas do Direito.

Acompanhamento Legislativo	Análise de Impacto Regulatório	Seminários e webinars	Antecipação das principais agendas regulatórias
			
Atuamos permanentemente junto ao Congresso Nacional, participando das principais discussões para o auxílio da modernização do Estado e de práticas políticas setoriais junto aos Três Poderes. Realizamos avaliações e estudos sobre os impactos diretos e indiretos das cadeias produtivas no Brasil.	Produzimos estudos para implementação de políticas públicas em todos os setores da economia, pesquisas, diagnósticos, elaborações de notas técnicas cientificamente fundamentadas, contextualizando a jurisprudência e o ordenamento jurídico atual.	Fomentamos, frequentemente, Seminários de interação e diálogo entre os Três Poderes e os múltiplos segmentos produtivos.	Proporcionamos a inserção da sociedade no processo de construção de melhores práticas governamentais, por meio de coleta de necessidades específicas de temas sociais relevantes.

Principais áreas de estudo do Direito:

Administrativo	Financeiro
Administrativo Sancionador	Internacional
Agro	Mercado de capitais
Ambiental	Mineração, óleo e gás
Arbitragem	Penal
Aviação e Transporte	Previdenciário
Civil	Processual
Compliance e Anticorrupção	Público regulatório
Concorrencial	Regulação Bancária
Direito à inovação: IA e LGPD	Saúde
Direito do esporte	Sanitário
Direito Militar	Societário
Direitos humanos	Telecomunicações
Eleitoral	Trabalhista
Empresarial	Tributário
Energia	Tributário empresarial
Farmacêutico	

Seminários e Webinários

Nos anos de 2020 e 2021, com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, realizamos eventos no formato virtual e híbrido, nos quais proporcionamos

a análise e discussão, com grandes nomes do meio jurídico brasileiro, de temas de grande importância, presentes na ordem do dia nacional.



Projetos 2021

ACREDITAMOS que a construção de um espaço de JUSTIÇA assentado nestes cinco principais parâmetros jurídicos do Século XXI e consentâneo com a AGENDA 2030 da ONU é fundamental para a INSTITUCIONALIZAÇÃO de uma nova cultura de PACIFICAÇÃO social:

1

IEJA Tax Talks: DESAFIOS TRIBUTÁRIOS DO PAÍS

O Sistema Tributário brasileiro é um dos mais complexos do mundo. Com o intuito de modernizá-lo, os Poderes Executivo e Legislativo passaram a discutir uma reforma que tem como objetivo estabelecer um novo modelo de tributação que seja mais simplificado. Vale ressaltar que temos no Brasil um sistema tributário constitucional, o que significa uma maior judicialização das diversas demandas envolvendo o direito tributário.

Na visão dos agentes políticos, a simplificação do modelo vai permitir que a arrecadação aumente, os litígios diminuam e que os Setores Elétrico, Financeiro, Infraestrutura, Agronegócio, Educação, Serviços, Varejo, Indústria e Comércio possam ter mais autonomia para investir.

Diante da dinâmica de alterações nas relações tributárias e dos impactos produzidos no mercado, estamos atentos a esses temas para promovermos cursos e debates com representantes do Poder Público e com os setores produtivos.

3

Ética, compliance e integridade

A palavra *compliance* vem do inglês e significa observância, adaptação ou tendência e, apesar de no Brasil o termo estar muito associado à luta contra a corrupção, por ter se popularizado durante a operação Lava Jato (com a Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015), possui uma abrangência bem mais ampla. Regras de governança e *compliance* trazem integridade e ética à política das empresas e são utilizadas em vários setores, desde a sustentabilidade ambiental, a adaptabilidade à LGPD, até a esfera penal, em especial contra a lavagem de dinheiro.

Consideramos fundamental para o Brasil a implementação de políticas de governança e *compliance* no setor público e privado para garantir transparência e confiabilidade. Recentemente, o STF assinou acordos de cooperação técnica para o combate à corrupção, e o CNJ anunciou a criação de um comitê para elaborar um protocolo de segurança cibernética no Poder Judiciário, o que demonstra a importância do *compliance* nos órgãos públicos.

2

Desenvolve Brasil: ESTADO, SOCIEDADE E INDIVÍDUO SUSTENTÁVEIS

O Brasil que queremos é retratado por um espaço de convivência e pertencimento que integra, de forma equilibrada, a dimensão econômica com a ambiental. Combinar expectativas individuais com os componentes do desenvolvimento social e sustentável é inserir, de maneira estruturante, a dignidade em dimensão global. A sustentabilidade exige de cada um de nós uma nova forma de encarar a realidade ao nosso redor, com a consciência de que a essência humana é necessariamente cooperativa e integrada à natureza e ao universo.

4

Gestão de Riscos, Governança Colaborativa e Mediação De Conflitos

Perante os Três Poderes da República e os grandes nomes da iniciativa privada, promovemos debates para soluções criativas. Existe hoje um novo estilo, um novo jeito de pensar a pós-modernidade, com o apoio da neurociência, da inovação digital e da gestão da negociação. Com isso, apostamos que o desenvolvimento da economia pode ser feito se desbloquearmos os impasses de disputas público-privadas. Sob essa perspectiva da busca por instrumentos capazes de solucionar as controvérsias jurídicas, teremos como programa permanente em 2021 a consolidação de plataformas de mediação e arbitragem em todas as áreas do Direito. Enxergamos como essencial uma menor judicialização e a consolidação de novos paradigmas culturais pela negociação eficaz para a solução de litígios.

5

Direito e Cidadania Digital

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ('LGPD'), é uma legislação moderna e principiológica, que logrou conquistar amplo consenso social no transcurso do debate legislativo, e que busca a conciliação de valores com a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Sua dicção revela um sofisticado equilíbrio entre a proteção à autodeterminação informativa e o desenvolvimento econômico, tecnológico e a inovação.

É no contexto acima descrito que conduzimos cursos e eventos baseados nas normas de proteção de dados, inclusive pessoais, sempre fornecendo a oportunidade de aplicação do conteúdo nas organizações, públicas e privadas, bem como prestando auxílio na elaboração de uma política de privacidade, de relatório de impacto e de manifestações jurídicas concernentes ao tema.



Com nossa expertise e capacidade em agregar os principais nomes do mundo jurídico brasileiro, oferecemos cursos de Extensão, com um portfólio amplo, em todas as áreas de atuação do Instituto, além de outras que surjam a partir de demandas do mercado. Ao adquirir um treinamento, você terá acesso a uma metodologia única. Os cursos online são compostos de PDF + Videoaulas + Aulas ao vivo. Nosso corpo docente reúne a melhor equipe de professores do Brasil, composta de conceituados juristas e doutrinadores reconhecidos nacional e internacionalmente.



IEJA PODCAST
ENSINAR É O QUE FAZEMOS DIREITO

Com a correria do dia a dia, uma das melhores criações do mundo digital foi o podcast. Com ele, os indivíduos podem estar por dentro de notícias, ouvir opiniões técnicas, além de adquirir conhecimentos sobre os mais variados temas a qualquer momento.

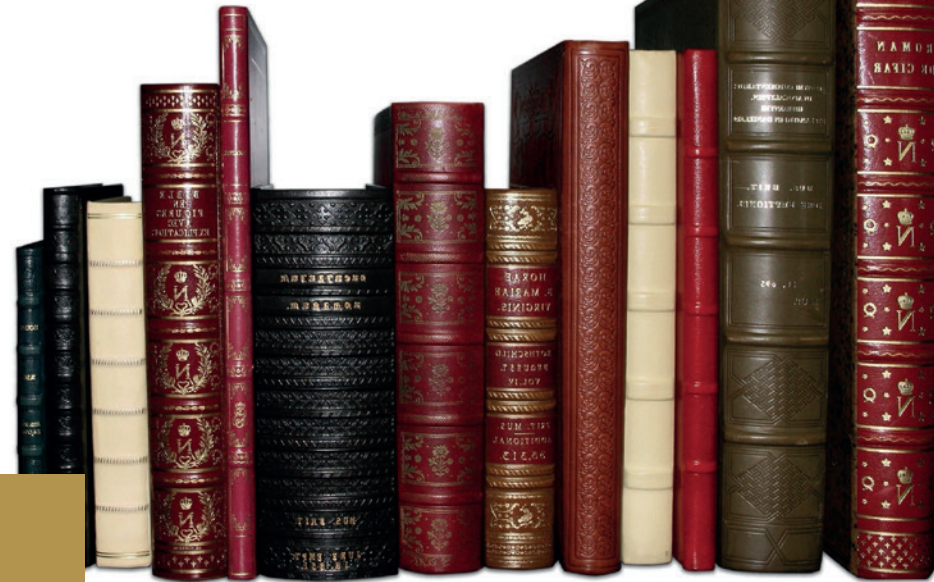
Pensando na praticidade e no fácil acesso, temos um canal com a publicação de podcasts semanais com resumos, informações e pareceres jurídicos sobre os principais julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça para mantê-los atualizados a respeito das jurisprudências dos tribunais superiores onde e quando quiser.



Editora IEJA

Pela grande discussão e produção acadêmica gerada nos seminários e webinários, publicamos e-books e livros jurídicos com artigos dos palestrantes convidados para cada seminário, além da gravação da palestra proferida.

Lançamos, ademais, a revista DATA VENIA, que traz reportagens de temas jurídicos de destaque bem como artigos de autoridades, acadêmicos e pesquisadores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para pensar o direito sob a perspectiva institucional e republicana.



Portal Estudos Jurídicos

Neste espaço virtual apresentamos um recorte completo dos temas atuais em discussão no mundo jurídico, dentro dos Três Poderes da República. Trazemos jurisprudências e decisões proferidas pelo Poder Judiciário, leis e atos normativos aprovados pelo Congresso Nacional, decretos, atos, instruções normativas e Medidas Provisórias publicadas pelo Poder Executivo. Fornecemos também a visão acadêmica e a opinião doutrinária dos grandes mestres jurídicos do país sobre as importantes inovações, alterações e decisões relacionadas às áreas de atuação do Instituto.



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

Ensinar é o que fazemos Direito

 [ieja.instituto](#)  [institutoieja](#)  [ieja.instituto](#)  [institutoieja](#)  [institutoieja](#)

institutoieja.com.br

SHIS QI 26, Conjunto 7, Casa 14, Lago Sul-DF - (61) 3970-5406 • contato@institutoieja.com.br



IEJA Educação
clínica de litígios

IEJA Educação. A mais nova escola de atualização jurídica

Diversos cursos elaborados por juristas que vivenciam os bastidores instigantes da criação jurídica em seu duplo aspecto: normativo e interpretativo.

Acesse **www.institutoieja.com.br** e inscreva-se. **IEJA - Ensinar é o que fazemos Direito.**



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

INSTITUTOIEJA.COM.BR

 [ieja.instituto](#)  [institutoieja](#)  [ieja.instituto](#)  [institutoieja](#)  [institutoieja](#)